



José Pacheco Júnior

## A saga de um magistrado

Silvas, 20 de janeiro de 1941

Luzida Maria e meus filhos

Estimo que estejam com saúde, eu vou indo bem, não tenha cuidado Maria, que já estou com o meu programa estabelecido, sentindo muita falta de vocês, assim é que levanto as nove horas, faço o café e almoço, fico até as onze horas trabalhando, no meio dia vou almoçar e o Carlito traz a comida para o Duque, vou ao Seruni e volto as duas e meia para fazer o café, almoço, ao meio dia como um pouco como hoje, e depois me arruma para o jantar de onde volto as oito horas, e não saio mais.

O último mês que recebi foi setembro, portanto com janeiro são quatro meses, isso de nossa casa.

Como você sabe, a importância do Anistério vai ao ponto de surgir comentários sobre a viagem da família dele, o Sr. David chegou de Santa Inês, onde soubera que estávamos todos com saúde e que eu tinha mandado vocês para Curitiba.

Bem é só Maria, for hoje, muitos abraços e beijos a você e meus filhos

José



A capa impactante concebida pelo nosso talentoso jornalista mostra a singeleza de uma carta, letra uniforme e segura, num envelope aberto pela censura. Tempos difíceis, do chamado Estado Novo. Mais de meio século nos separam daquela missiva, mas a rotina atribulada do magistrado de hoje é semelhante àquela e seus temores, iguais. O referido Dr. David é o sempre lembrado David Federmann, médico humanitário, pontagrossense, que por décadas cuidou das famílias dos Campos Gerais.

Temos em dois artigos, uma vez mais, filhos retratando seus pais, envolvendo-os e tornando-os vivos até para aqueles que não os conheceram.

Já a ideia de uma associação, surgiu informalmente entre juízes que, premiados pelas circunstâncias, confabulavam numa calçada curitibana. Respeito às decisões, vencimentos, união, promoções e remoções, assuntos que acompanhavam o cafezinho, um cigarro e uma graxa nos sapatos. Precursores de novos tempos trilharam sofridos caminhos e organizaram a Amapar, hoje imprescindível ao magistrado e à sua família.

O juiz Veríssimo Gonçalves Pereira Netto, culto e reservado, dono de uma das maiores bibliotecas nacionais com obras de Eça de Queiroz, desejava depositar, com sua esposa Suzana Nemeth Gonçalves Pereira, um ramo de flores no túmulo do escritor português, mas faleceu antes de fazê-lo. Talvez algum dia, caro leitor, se você estiver passeando em Lisboa, cumpra tal desejo. Suzana, gentilmente cedeu o valioso acervo sobre o escritor para a publicação de *Toga e Literatura*.

Pintores e poetas de nosso meio engalanam esta edição e surpreendem agradavelmente os que desconheciam essa sua vocação.

Para o próximo número, esperamos contar com sua colaboração que, publicada, servirá para a história e engrandecimento da magistratura paranaense.



*Chloris Elaine Justen de Oliveira*  
Editora

## EXPEDIENTE

### TOGA E LITERATURA

**Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná**

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

**Presidente da Amapar:** Miguel Kfourri Neto • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3362 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.M-Artes Gráficas Ltda. • **Impressão:** Gráfica Capital Ltda. • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboradores:** Silmara Duarte da Silva Wolff, Elis Ribeiro, Álvaro Borba e Rômulo Cardoso • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

### Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR - Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura**, não pode ser reproduzida no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Aula de literatura brasileira, mais de vinte e cinco anos passados. Aluno questiona a pronúncia do paraíso imaginário de Bandeira, a Pasárgada (“Vou-me embora pra Pasárgada. Lá sou amigo do rei...”). O “s” tem som de “z”, entre vogais – ou seria de “ss”? É mesmo “z”. Para a resposta receber aval inquestionável, resolvi – sei lá por quê – escrever a ninguém menos que Carlos Drummond de Andrade. Em pouco tempo, recebo resposta. Cartão manuscrito pelo Poeta, indica a existência de disco, onde o próprio Bandeira declama o poema. Assim, a questão foi definitivamente resolvida. Para que valha o registro – e a lembrança do grande itabirano – seguem envelope e cartão.

Lembro essa passagem para enfatizar que os verdadeiros sábios são humildes e acessíveis.

As páginas deste número três da revista “Toga e Literatura” apresentam-nos relatos biográficos de extraordinários magistrados, cuja notável formação jurídica jamais eclipsou a cultura humanística, a sensibilidade e dedicação ao próximo. Pessoas sábias, de vida simples, situadas em dimensão maior, que engrandecem o Judiciário da nossa terra.

A história da fundação da AMAPAR é reconstituída em minúcias. Documento para a posteridade.

Aproveitem a qualidade do texto e deleitem-se com as belas pinturas que ornamentam esta edição.

O rico conteúdo da revista se deve à inspiração e trabalho incansável da editora, Prof.<sup>a</sup> Chloris Elaine Justen de Oliveira.

Começamos falando de Bandeira. Para terminar, o belo poema “Testamento”:

“O que não tenho e desejo  
É que melhor me enriquece.  
Tive uns dinheiros — perdi-os...  
Tive amores — esqueci-os.  
Mas no maior desespero  
Rezei: ganhei essa prece.”

Vi terras da minha terra.  
Por outras terras andei.  
Mas o que ficou marcado  
No meu olhar fatigado,  
Foram terras que inventei.

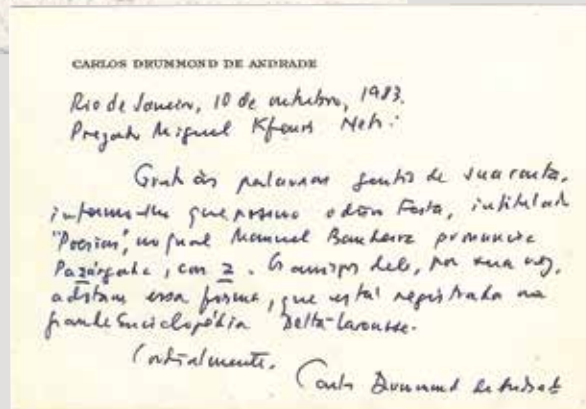
Gosto muito de crianças:  
Não tive um filho de meu.  
Um filho!... Não foi de jeito...  
Mas trago dentro do peito  
Meu filho que não nasceu.

Criou-me, desde eu menino  
Para arquiteto meu pai.  
Foi-se-me um dia a saúde...  
Fiz-me arquiteto? Não pude!  
Sou poeta menor, perdoai!

Não faço versos de guerra.  
Não faço porque não sei.  
Mas num torpedo-suicida  
Darei de bom grado a vida  
Na luta em que não lutei!”

Cordial abraço,

**Miguel Kfour Neto**  
Presidente da AMAPAR



## Curiosidades sobre presidentes

Registro fatos interessantes a respeito da trajetória dos magistrados presidentes da Amapar. Escolhidos e eleitos em acirradas e discretas disputas eleitorais, líderes de mérito, valorizam e prestigiam a magistratura paranaense.

Em 1967 não houve eleição. O presidente Antônio Franco Ferreira da Costa e sua diretoria foram reconduzidos, pela necessidade de validar empréstimo bancário em seu nome. Infelizmente, o Des. Franco faleceu em plena gestão, o vice-presidente, Mercer Júnior, completou o mandato, no ano seguinte, veio a ser eleito presidente e após, reeleito. O Des. Mercer foi o único presidente da Amapar oriundo do quinto constitucional. Aurélio Feijó, detentor de título de Doutor em Direito, faleceu igualmente no desempenho da função, em 1975.

Luís Renato Pedroso ocupou a presidência da Amapar por nove anos. Substituiu o falecido Aurélio Feijó e, nas gestões seguintes, foi eleito e reeleito, o mesmo ocorrendo em 1985 e 1987.

O 5º presidente, Marino Braga, autor de obras literárias e jurídicas é imortal da Academia Paranaense de Letras e Miguel Kfourri Neto, 19º presidente, é membro fundador da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

Seis deles presidiram o TJPR: Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Antônio Franco Ferreira da Costa, Edmundo Mercer Júnior, Marino Bueno Brandão Braga e Luís Renato Pedroso e, a presidência do Tribunal de Alçada do Paraná, Aurélio Feijó, Luís Renato Pedroso, Jorge Andrigueto, Lauro Lima Lopes e Francisco de Paula Xavier Neto.

Exerceram a direção-geral da Escola da Magistratura do Paraná Ruy Fernando de Oliveira, Gilberto Ferreira e Roberto Portugal Bacellar.

Antes do ingresso na magistratura, três foram militares: Jorge Wagih Massad, Guilherme Luiz Gomes e Miguel Kfourri Neto; dois professores normalistas: Segismundo Gradowski e Edmundo Mercer Júnior; seis exerceram a advocacia: Edmundo Mercer Júnior, Aurélio Feijó, Luís Renato Pedroso, Sidney Mora, Guilherme Luiz Gomes, Gilberto Ferreira e Paulo Vasconcelos; sete atuaram como promotores de Justiça: Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Edmundo Mercer Júnior, Lauro Lima Lopes, Luís Renato Pedroso, Jorge Andrigueto e Ruy Fernando de Oliveira; um foi jornalista: Edmundo Mercer Júnior e outro radialista: Ruy Fernando de Oliveira. E exerceram o cargo de prefeito municipal:

Edmundo Mercer Júnior em Tibagi (1937) e Antônio Franco Ferreira da Costa em Morretes (1938).

Dois irmãos dirigiram os destinos da Associação: Luiz César de Oliveira (1992) e Ruy Fernando de Oliveira (1998). Marino Braga e Xavier Neto são filhos de magistrados, Segismundo Gradowski e Jorge Andrigueto, pais de magistrados.

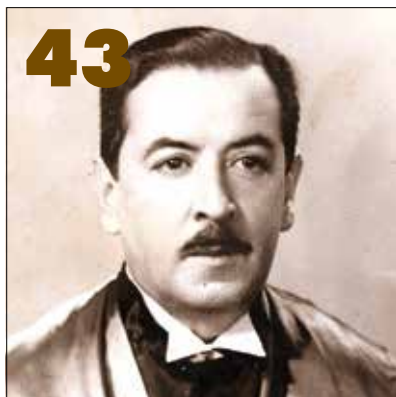
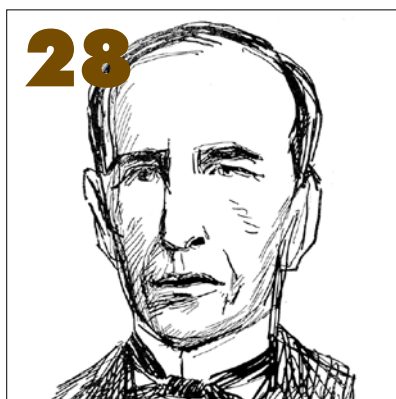
Possuem obras publicadas: Marino Braga, Francisco de Paula Xavier Neto, Ruy Fernando de Oliveira, Roberto Portugal Bacellar, Gilberto Ferreira e Miguel Kfourri Neto. Os três últimos são Mestres e Miguel Kfourri Neto é Doutor em Direito, reconhecido internacionalmente e considerado um dos maiores especialistas em sua área. Quinze dirigentes nasceram no Paraná; Aurélio Feijó era carioca, Sidney Mora, paulista, Paulo Vasconcelos, mineiro, e o atual é nascido em Mato Grosso do Sul.

O mais jovem a assumir a presidência da Amapar foi Roberto Portugal Bacellar. Contava 39 anos em 2002, e o mais idoso Segismundo Gradowski, aos 65 anos em 1963.

Alguns deles se distinguiram no futebol: Edmundo Mercer Júnior, Jorge Andrigueto, Jorge Wagih Massad, Gilberto Ferreira, Roberto Portugal Bacellar e Miguel Kfourri Neto. Entre os presidentes houve bons cantores: Edmundo Mercer Júnior, Jorge Wagih Massad, Luiz César de Oliveira, Ruy Fernando de Oliveira, Roberto Portugal Bacellar, Gilberto Ferreira e, violonistas, Luiz César de Oliveira, Jorge Wagih Massad e Roberto Portugal Bacellar. E ainda um piloto de ultraleve, Marino Bueno Brandão Braga, um mergulhador, Miguel Kfourri Neto, além de intrépidos motociclistas de estrada: Jorge Wagih Massad e Roberto Portugal Bacellar.

Foram distinguidos com comendas de honra e mérito, Antônio Franco Ferreira da Costa aclamado Líder da Magistratura Brasileira, Edmundo Mercer Júnior, Patrono das Associações de Magistrados do Brasil, Francisco de Paula Xavier Neto, único a presidir a Associação dos Magistrados Brasileiros e Benemérito da AMB, Luís Renato Pedroso e Lauro Lima Lopes, a Medalha do Mérito Judiciário, Jorge Andrigueto, a Cruz do Mérito Judiciário, Alceste Ribas de Macedo, a Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai e Roberto Portugal Bacellar, a Medalha de Mérito Acadêmico da Escola Paulista da Magistratura.

**Chloris Elaine Justen de Oliveira**



**Centenário - Francisco de Paula Xavier Filho 20**  
**A emancipação política do Paraná 26**  
**Um pé de galinha dá uma refeição 32**  
**Clayton Reis - A história do magistrado 34**  
**Pitujucá 40**

**Pintores**

**Zanoni de Quadros Gonçalves 58**  
**Anna Maria Fontana da Rocha 60**  
**Jair Ramos Braga 62**  
**Maria Regina Cury 64**

**Poemas**

**Olivar Coneglian 74**  
**Paulo Roberto Correia de Oliveira 76**  
**Victório Elcely Cleve Franklin 77**

# O nosso Veríssimo comenta Eça de Queiroz

Por Veríssimo Gonçalves Pereira Netto

Há escritores, escritores excelentes que não resistem a mais de uma leitura. Esgotam-se com uma só. Eça de Queiroz resiste a uma, a duas, a cem leituras. Não exagero. É difícil, quase impossível, encontrar quem, depois de o haver lido uma vez, não lhe tenha percorrido a obra uma e muitas vezes. Eça de Queiroz, a magia e o encanto de uma prosa, de um estilo, de uma suave ou faiscante ironia.

De todos os grandes escritores portugueses, principalmente do século XIX, não há nenhum que goze de tanta popularidade no Brasil como Eça de Queiroz.

Entre os autores portugueses é aquele que mais tem interessado a outros escritores, dando origem ao maior número de livros de crítica e estudo, a ensaios, a memórias, a controvérsias, a considerações e aspectos bibliográficos, até puras fantasias, mas que, sobretudo muito o exaltam. Foi grande a azáfama, por ocasião do centenário de nascimento de Eça de Queiroz, ocorrida em 1945. Variadíssima bibliografia, publicações sobre várias facetas, sempre brilhantes, da sua vida, da sua obra, do seu gênio e da sua expressão artística. Por iniciativa de Jaime Cortezão, foi publicado o Livro do Centenário de Eça de Queiroz, composto e impresso pela Dois Mundos Editora – Portugal-Brasil, organizado pela escritora Lúcia Miguel Pereira, no Brasil e pelo escritor Câmara Reis, em Portugal.

*O texto adiante  
é compilação de  
algumas de suas  
conferências e  
publicações*



Eça de Queiroz, como nenhum outro escritor em língua portuguesa, apesar de ser acusado de utilizar palavras ou construções francesas, soube aproveitar os termos mais vulgares conhecidos, reuni-los e harmonizá-los com arte. Como ninguém até hoje, expressou-se, desenvolveu seus temas, temas portugueses, seus apaixonados romances, sempre em ambientes portugueses, onde as situações, as personagens, têm humanidade, precisão e realismo. E com leveza e propriedade, graça e uma suave e doce ironia, jamais deixarão de causar espanto e admiração em seus leitores.

Influenciado por Gustavo Flaubert, (*Madame Bovary*, *Sambalô* e *Educação Sentimental*), também por Baudelaire, (*Flores do Mal*), Emílio Zola, Renan e outros escritores franceses, pode-se dizer que Eça de Queiroz foi, de fato, o introdutor em Portugal do realismo literário. Notabilizou-se principalmente pela forma e pela realidade dos ambientes e das personagens dos seus romances, admiradas, através dos tempos, apesar da sociedade de hoje, como a de amanhã, não ser igual àquela em que viveu o grande escritor.

Mas por que serão sempre lidas e admiradas as obras de Eça de Queiroz, mesmo a tradução e adaptação de *As Minas do Rei Salomão*?

Porque esta tradução é primorosa, sobressai da prosa, o estilo, a forma de dizer e descrever as coisas, os fatos, as situações.

De fato, ao percorrermos sua obra inimitável, crônicas quase sempre revolucionárias ou trágicas, todas elas possuem beleza na forma e encanto na prosa, mostrando o talento do escritor.

Toda a sua colaboração jornalística, com assuntos variados, foi reunida postumamente nas **Prosas Bárbaras**, com uma elucidativa introdução de Jaime Batalha Reis, sobre a primeira fase literária do escritor; desde também a sua vigorosa e destemida colaboração em **As**







No *Álbum das Glórias*, Rafael Bordalo Pinheiro, traçou a caricatura de Eça de Queiroz: magro, pálido, anguloso, de sobrecasaca, enfeixando o monóculo, recostado num vasto e pitoresco sofá verde, com chapéu alto ao lado.

Quando Eça de Queiroz viu a caricatura, sentenciou:

- *Bela caricatura, a do sofá!*

**Farpas**, em parceria com Ramalho Ortigão, também reunida em **Uma Campanha Alegre**.

Em toda a sua obra, crônicas, ensaios, contos, romances ou as mais construtivas, **A Cidade e as Serras** e as **Últimas Páginas**, com as encantadoras lendas dos santos, se sobressai e nos enleva a prosa maravilhosa, o estilo original e característico, às vezes sarcástico, mas um tanto mágico na descrição de cenas e paisagens, ambientes e almas. Isto porque todos são descritos ou moldados com precisão e naturalidade, com tanta verdade e tão elevada graça, com tão fina e suave ironia que, frequentemente, encanta o leitor.

Um fato interessante e significativo é que os dois livros capitais sobre Eça de Queiroz são de autores brasileiros.

**Eça de Queiroz e o Século XIX**, de autoria de Vianna Moog, é a primeira biografia completa de Eça de Queiroz. E **História Literária de Eça de Queiroz**, de Álvaro de Barros Lins, primeiro estudo crítico geral sobre a obra do escritor.

Em Portugal, comemorando o centenário de nascimento do genial escritor (24 de novembro de 1945), foram publicadas por Lello & Irmão - Editores do Porto, a extraordinária **Edição do Centenário das Obras Completas de Eça de Queiroz**, de alto valor histórico, distribuída em quinze volumes, impressa em papel velino extra, de tiragem limitada, e não foi reeditada.

Outras raridades, a **Revista de Portugal**, dirigida por Eça de Queiroz, Editores Luga & Genelioux - Porto, de 1889 a 1892 (24 números incluídos em 4 volumes) e o **Livro do Centenário de Eça de Queiroz**, publicado em Lisboa, no dia 17 de dezembro de 1945.

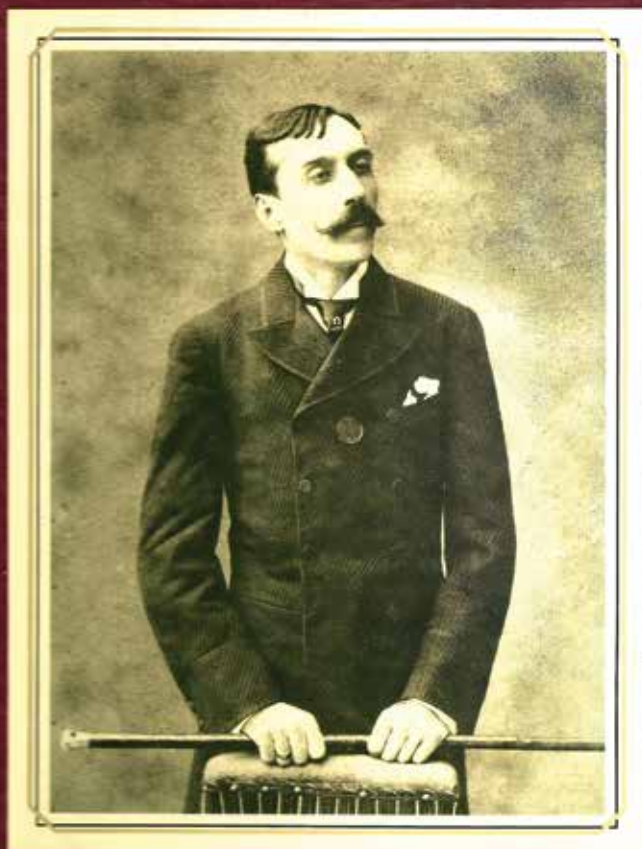
## Dados biográficos

José Maria de Eça de Queiroz nasceu em Póvoa de Varzim, no dia 25 de novembro de 1845. Embora Vila do Conde aonde o escritor foi batizado na Matriz Colegiada, quisesse reivindicar para si a glória e honra do berço, não resta dúvida de que foi na Póvoa de Varzim, na casa n.º 113 da antiga Praça do Almada, onde residia um seu parente, Francisco Augusto Pereira Soromenho, que viu a luz do dia. Ele mesmo confessa, numa carta a João Chagas: 'Eu sou apenas um pobre homem de Póvoa de Varzim...' Ramalho Ortigão, seu grande amigo, esclareceu: 'Queiroz, batizado na Vila do Conde, nasceu em Póvoa'.

Era filho de Dona Carolina Augusta Pereira d'Eça e do Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, nascido no Rio de Janeiro, Brasil. Seu pai alcançou os mais altos cargos da magistratura, sendo igualmente deputado e acabou seus dias como Par do Reino. Sua madrinha de batismo, Ana Joaquina Leal de Barros foi quem o amamentou e o criou até os cinco anos de idade, como se fosse seu filho.

Depois desse primeiro período da infância, mudou-se para Verdemilho, longe do Aveiro, para a casa de seus avós paternos, Teodora Joaquina de Almeida e Dr. Joaquim José Queiroz e Almeida, desembargador e ministro do Reino.

Em 1861 matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra, pertencendo a uma geração de notáveis, como Teófilo Braga, Antero de Quental, Antônio Azevedo Castelo Branco, convivendo com estes proeminentes intelectuais. Em 1886, iniciou sua colaboração



Beatriz Berrini

EÇA DE QUEIROZ  
palavra e imagem

na Gazeta de Portugal, com o folhetim **Notas Marginais**, que parece ter sido sua estréia literária. Diziam seus amigos que, quando ele entrava na redação do jornal, ouvia-se a observação:

- *Aí vem o Eça com seus abutres...*

No mesmo ano completa sua formatura em Direito e é convidado a fundar e dirigir um jornal de oposição, em Évora. Parte para essa cidade, onde estréia como advogado e proprietário da publicação **Distrito de Évora**. Mas logo regressa a Lisboa, provavelmente pelo falecimento de sua avó paterna. Acredita-se que utilizou a herança para realizar a viagem ao Oriente. Acompanhado de seu amigo, o Conde de Rezende, passa por Cádiz e Malta, parte para o Egito, aonde assiste a inauguração do Canal de Suez. Depois seguiu para as costas da Arábia, foi à Palestina, a Jerusalém, atravessou os montes da Judéia, peregrinou até o Jordão, subiu à Síria, visitou o Líbano, só regressando a Lisboa em 1870. Dessa tão sonhada e prodigiosa viagem ficaram recordações indeléveis na memória e no espírito do escritor, que lhe serviram para algumas das suas mais belas páginas. Logo após sua chegada, publicou **De Porto Said a Suez**.

Em 1870 assumiu o cargo de administrador do Concelho de Leiria, quando delineou seu primeiro romance, **O Crime do Padre Amaro**. Naquele ano, *fez sair*, no Diário de Notícias, a série de folhetins **O Mistério da Estrada de Sintra**, elaborado em colaboração com Ramalho Ortigão. Essa *publicação* prolongou-se por alguns meses. A parte de Eça de Queiroz foi toda escrita em Leiria. Na época, aprovado e classificado em primeiro lugar no concurso para cônsul de 1ª classe, foi preterido pelo segundo classificado, que veio ocupar uma vaga na Bahia. O primeiro número de **As Farpas**, crônica mensal versando sobre política, letras e costumes, de autoria de Eça e Ramalho Ortigão, saiu *publicado*. Exonerou-se

do Concelho de Leiria, retornou a Lisboa, onde participou do ciclo de conferências literárias, no Cassino Lisboense, organizado por Antero de Quental e pronunciou a quarta conferência sobre **A Nova Literatura ou O Realismo como Nova Expressão da Arte**, célebre por ser paráfrase das doutrinas estéticas do filósofo francês Proudhon.

Eça de Queiroz conservou-se por Lisboa até 1872, quando partiu para Havana, nas Antilhas Espanholas, como cônsul, deixando então de colaborar com **As Farpas**. Nesse tempo viajou pela América Central e do Norte, visitando, na ocasião, Nova York.

Em princípios de janeiro de 1874 é distribuído como brinde aos assinantes do Diário de Notícias o texto **As Singularidades de Uma Rapariga Loira de Eça de Queiroz**.

*Atualmente, 2009, esta peça está sendo encenada e filmada por autores portugueses, apresentada em festivais internacionais.*

E em 1874 é transferido para o consulado de Newcastle, na Inglaterra, onde se familiarizou com a língua e a literatura inglesas, constituindo para ele, uma verdadeira revelação. Em 1878, é posta à venda a 1ª edição de **O Primo Basílio**. No ano seguinte, em 1879, escreve **O Conde de Abranhos** e remodela **O Crime do Padre Amaro**.

O Diário de Portugal de 22 de maio de 1880 anuncia a conclusão do seu romance **Os Maias** e o mesmo jornal, publica o primeiro folhetim do conto fantástico **O Mandarim**.

Em 1886 casou-se com Dona Emília de Castro Pamplona, irmã de seu amigo e companheiro de viagem, o Conde de Rezende, no oratório particular de Santo Ovídio, na cidade do Porto.

Por interferência de Oliveira Martins, consegue ser transferido para o consulado de Paris. Realizou, assim, um dos maiores sonhos de sua vida, viver em Paris. Fixa residência em Neuilly.

Em 1889 sai o primeiro número da **Revista**

**de Portugal**, dirigida por Eça de Queiroz, versão definitiva de **Cartas de Fradique Mendes**, título que aparecera na revista em 1884. Escreve em Paris **A Ilustre Casa de Ramirez** e tem no prelo **A Correspondência de Fradique Mendes**.

Em julho adoece, iniciam-se seus padecimentos. Em 28 desse mês parte para a Suíça com Ramalho Ortigão, procurando possíveis melhoras, que não consegue. Volta a Paris. Agravam-se seus males. E vem a falecer, na sua residência em Neully, rodeado por sua esposa e pelos quatro filhos, dia 16 de agosto de 1890. Trasladado seu caixão para o Havre, no navio África, é conduzido a Lisboa e sepultado no Cemitério do Alto de São João. Foi curta sua vida, viveu apenas 54 anos.

*‘os críticos acham seu realismo apenas circunstancial e toda sua obra uma luta manifesta entre um processo, uma maneira estética e o seu temperamento, desejoso de se afirmar independente de todos os constrangimentos de escola. Considerado um dos mestres do realismo, ironia e espírito crítico e seu extraordinário valor literário, que dava vida a tudo quanto criava, com fortes traços de caricaturista. Mais completo contista que romancista. Reconhecido pela sua eminente posição de renovador da língua, verdadeiro revolucionário da contextura sintática e na sobriedade vocabular... Jacob Penteadó. Nota explicativa de O Mandarim*

Mais festejado na morte que em vida, dir-se -ia que o segredo de sua permanente atualidade está no estilo ameno, colorido, fotográfico e nas tendências sociais.

## Amenidades

Sua primeira causa, como advogado, deu-lhe grande desgosto. Tomou a defesa de um marinheiro que assassinou a amante. Segundo o jovem causídico, a defesa devia assentar-se nisso: o excesso de amor levava o assassino

a cometer o crime. Para isso o réu tinha que confessar francamente o ato que praticara. O resto era com ele, Eça de Queiroz, a quem caberia persuadir, comover o júri, arrancando a absolvição de seu constituinte. Chegou o dia do júri, perante o juiz, o marinheiro negou terminantemente o crime. Ruiu toda a arquitetada defesa e o acusado foi condenado.

- Que bruto!

Comentava depois Eça, enfurecido:

- Estragou-me tudo, mentindo.

\*\*\*

Eça de Queiroz primava pela elegância e quando desembarcou em Nova York enfrentou a alfândega americana, que desejou onerar com direitos alfandegários as duzentas gravatas carregadas pelo visitante. O agente não admitia que um só homem, com único pescoço, pudesse usar gravatas em número tão considerável. Eça de Queiroz justificou-se, invocou sua imunidade diplomática. Mas como a alfândega continuasse inflexível, lançou esta objeção;

- Se à jovem América se consente o luxo de ter 46 estados membros, porque se impede um velho europeu a distração de possuir duas centenas de gravatas?

Eça de Queiroz em sua gloriosa carreira de escritor tinha uma obra a cumprir. Havia de levá-la a termo, custasse o que custasse:

*‘Das quatro às sete da tarde infalivelmente encerrava-se em seu gabinete, e com chuva ou com sol, inverno ou verão, entregava-se ao seu instrumento de delícias e de tortura: a pena. Encostava-se à mesa alta e escrevia as mais das vezes de pé, sobre tiras de papel glacê, fumando cigarros que ele mesmo fazia e logo deitava fora com apenas a ponta consumida’.*

É que o alto espírito de Eça de Queiroz foi sempre o de um insatisfeito: refazia e emendava, fazia cortes, acréscimos, entrelinhas, substituições de frases, até produzir e chegar ao texto original. Seu gosto artístico possuía uma viva e sentida e constante ânsia de perfeição.



Em 9 de novembro de 1903, foi inaugurado, no Largo Barão de Quintela em Lisboa, o monumento a Eça de Queiroz, bela e significativa escultura de Teixeira Lopes, em que o busto de escritor segura uma figura de mulher desnuda, coberta com fino e transparente véu, com legenda: *Sobre a nudez forte da Verdade – o manto diáfano da Fantasia.*

Trabalhava a sua prosa como um ourives trabalha a filigrana. E assim se manifestou através de toda a sua obra, sempre tão realista e tão bela, tão expressiva e aliciante, um semeador e fecundador de inteligências!

Eterna é a glória de Eça de Queiroz.

\*\*\*

**No Brasil, Eça de Queiroz é um escritor de grande notoriedade, o gosto pela leitura e releitura de suas obras é tão grande que jornalistas, intelectuais, se reúnem em grupos e em clubes, especialmente para falar sobre o legado do autor e de sua obra literária. Em Pernambuco, em 1948, surgiu o Clube de Eça de Queiroz do Recife, no Maranhão chamavam-se Padarias Literárias, no Rio de Janeiro, o famoso Clube do Eça, na sede do Clube**

**dos Advogados, por iniciativa do Jornalista Carlos de Laet. Em Curitiba, semelhante associação foi dirigida pelo cientista Newton Freire Maia. Em Cuiabá, um anônimo e fanático admirador, assim se intitulado, escreveu ao escritor nos idos de 1898, chamando-o de Mestre, sobre uma curiosidade em seu livro Relíquia, para sugerir uma emenda sobre um engano do escritor na fase da lua. Esta carta foi apresentada ao dedicado médico de Eça, em Paris, o doutor J. de Mello Vianna, que a guardou durante vinte anos entre as páginas do seu exemplar e, tal carta, só veio a público, na edição póstuma de 1922.**

**O Colóquio Internacional Queiroziano, é promovido por intelectuais em Portugal, anualmente.**



A ilustração é do livro *Os Maias*.

## O Crime do Padre Amaro

É um estudo completo do meio beato e provinciano de Leiria. O tema realista é o celibato do sacerdócio. São figuras principais: o Padre Amaro, homem são e forte, sensual, de caráter baixo, que fazia do sacerdócio, não um sacrifício de humildade e purificação religiosa, mas um pretexto para satisfação de interesses e conveniências, de comodidades e de atos inescrupulosos. A heroína, Amélia, uma moça bonita, tendo muitos preconceitos religiosos, mas leviana e insensata, em razão da fraca e defeituosa educação. Porém, no romance, além dessas figuras principais, outras aparecem e são muito curiosas, características e reais: o Cônego Dias, a São-Joaneira, o Dr. Gouveia, o João Eduardo, o abade Ferrão, este, bom padre, virtuoso, inteligente, a verdadeira antítese do Padre Amaro.

Em 1870, Eça delineou este que foi seu primeiro romance, aparecendo em fascículos em 1875, e só publicado em livro só em 1879.

## O Primo Basílio

Episódio doméstico. É o estudo irônico e completo de uma família burguesa e do meio lisboeta, no final do século XIX. Tem por fundo e pretexto um caso de adultério: é o romance de uma burguesinha leviana e sentimental, Luíza, com o antigo namorado, um primo, Basílio, muito pervertido e imoral. O castigo vem a seguir aos amores criminosos com a presença constante da criada Juliana, que à Luíza apanhou algumas cartas íntimas e que as aproveita para a exploração reles do ódio, despeito e perversidade. Mas outros tipos ou personagens do romance são magistrais retratos, em corpo inteiro, do meio lisboeta de então: o Conselheiro Acácio, figura imortal e verdadeira de formalista e sentencioso de banalidades: 'era alto, magro, vestido de preto, com o pescoço entalado num colarinho direito'. Os seus gestos eram medidos. Dizia sempre 'o nosso Garret, o nosso Herculano'. D. Felicidade, o Sebastião,

a Leopoldina, o Ernestinho, o Julião e outros todos bem característicos, movendo-se em meios mundanos ou domésticos. O Autor por vezes desceu aos pormenores mais ínfimos; mas isso só serve para completar o conhecimento do próprio meio e dos personagens que nele se movimentam.



ele dizia estar a relíquia sagrada, a coroa de espinhos que fora de Jesus Cristo, surge afinal uma comprometedora camisa de dormir de uma de suas últimas amantes...Tinha havido uma troca de embrulhos parecidos... A titi escorraça o sobrinho, atira-o para o abandono e para a pobreza. Isto ocorreu, porque muito simplesmente Teodorico não teve coragem de afirmar:-

‘Eis a camisa de Santa Maria Madalena! Deu-ma ela no deserto!’...

\*\*\*

São também dessa época os romances, publicados muitos anos depois de seu falecimento, por seu filho com o mesmo nome – José Maria d’Eça de Queiroz – que foram encontrados, com outros originais, dentro de uma mala, quase todos rascunhos, a lápis.

São eles:

**A Capital**, outra crítica ao meio lisboeta, à sua sociedade, através da vida atribulada de um ambicioso provinciano, com pretensões a jornalista e literato.

**O Conde de Abranhos**, uma sátira, uma caricatura, na biografia de um grande homem público, contada pelo seu secretário particular.

**A Catástrofe**, pequeno conto que pode ser considerado a continuação do Conde de Abranhos.

**A Batalha de Gaia** que pertenceu ao plano de Cenas da Vida Portuguesa, e que é mais do que uma pintura leve e fiel, romanceada da burguesia comercial de Lisboa.

**O Egito - Notas de Viagem** reúne as suas Visões do Oriente. Sendo escritas ao correr do lápis ou da pena, se a algumas faltaram as habituais revisões, mostrou a grande fluência e facilidade de escrever de Eça de Queiroz.

**A Correspondência de Fradique Mendes**, também pertence a essa época, merece um nota especial, as cartas são precedidas de

## O Mandarin

Um episódio delicioso, com muita fantasia, foca com espirituosa filosofia e realidade: todos tocariam o botão mágico que mataria o avaro mandarin, lá nos confins perdidos da China, por este simples ato, por um fácil toque, lhes adviesse uma fortuna de milhões... É quase o mesmo, se pode dizer de A Relíquia, que mais não é também, um episódio burlesco, em que Eça de Queiroz nos conta, com viva ironia, a viagem à Terra Santa de Teodorico, bacharel em leis, tão ambicioso como hipócrita, que se finge de fanático religioso, só para conseguir a sua titi, D. Patrocínia da Neves, toda a sua confiança, mais tarde todos os seus bens, toda a sua fortuna. Insinua-se tanto no ânimo, que ela própria resolve mandar o sobrinho em viagem à Palestina, à Terra Santa, com todas as comodidades - só para receber das mãos do Patriarca de Jerusalém, pagando os respectivos emolumentos, suas indulgências plenárias. Pede-lhe a tia ‘traga dos santos lugares uma santa relíquia, uma relíquia milagrosa que eu guarde, como me fique sempre apegado nas minhas aflições e que cure minhas doenças’.... Na viagem, Teodorico tem um sonho e Eça aproveita-o para, magistralmente, descrever a Paixão de Cristo. Porém Teodorico era um far-sante, um aventureiro, só procurava prazeres e aventuras. No regresso, sucedeu um imprevisto: quando na frente da tia e de escolhida assistência, se destamparam o caixote, em que

um longo prefácio, traçando o perfil, as ideias, as pretensões, do fantástico e famoso Carlos Fradique Mendes, um tanto o próprio Eça, mas com muita imaginação e algumas sutilezas de grande senhor e grande espírito – tudo para justificar a sua facilidade em escrever tão belas e judiciosas cartas literárias.

## Os Maias

Episódio da vida romântica ainda publicado em vida completa-se o estudo, a sátira à vida lisboeta do final do século XIX. É um caso de incesto, de amor entre dois irmãos, Maria Eduarda e Carlos, que fora educado na Inglaterra e que circunstâncias várias, viveram afastados, por largos vinte anos, vindo um dia encontrar e a se amar. Em torno desse episódio – aparentemente simples, mas tão grave e vergonhoso, nós vemos passar como num caleidoscópio mágico, mas real e verdadeira, toda a vida mundana e romanesca da sociedade de então, as festas elegantes e de caridade, os jogos, as corridas de cavalo, o jornalismo, a religião, a política, os diversos tipos, máscaras e fantoches. O Autor até se retratou um tanto João da Ega. As personagens, as peripécias, os casos e cenas da vida sucedem-se, desenrolam-se como numa fita, a sátira é perfeita a uma sociedade em decomposição.

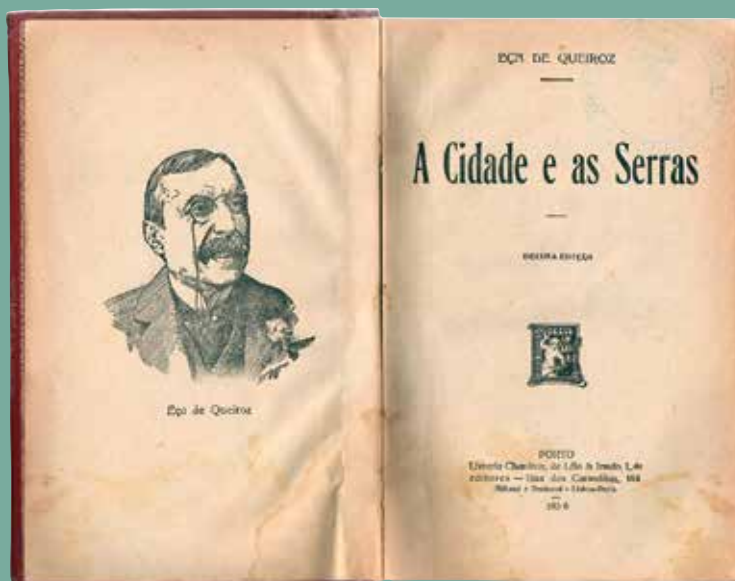
Termina Eça de Queiroz, com Os Maias, o

período literário da sátira ou crítica fulminante à sociedade e à vida dessa época. Se esta fase ou época da vida literária de Eça de Queiroz foi de análise e crítica, de caricatura e de sátira, a última foi bem diferente, foi de estudo e reconstrução, de saudade, de elevação ou fixação das belas coisas e paisagens portuguesas.

São da última fase, em primeiro lugar, as lendas dos santos, do volume **Últimas páginas, S. Cristóvão, Santo Onofre e São Frei Gil**, embora só publicadas 12 anos após Eça de Queiroz ter deixado este mundo. E ainda que os seus editores afirmem nas palavras com que as antecedem, que se trata de puro esboço, encontrados entre os seus papéis, que maravilha de descrições, de sentido da vida humana e cristã, de filosofia da bondade e do sacrifício!

Depois, o volume **A Cidade e as Serras** é um hino esplendoroso, um poema de contrastes entre a vida simples nas aldeias, nos campos, nas serras de Portugal e a vida difícil, torturante, estéril e artificial de uma grande cidade como Paris.

Por último **A Ilustre Casa de Ramires** é, para muitos, o melhor romance de Eça de Queiroz, por ser o mais equilibrado, o mais harmonioso, o mais completo. O principal personagem, Gonçalo Mendes Ramires, fidalgo descendente da alta estirpe, era bem uma figura complexa: ao mesmo tempo simples e bondoso, humano e contraditório, impetuoso por vezes, mas também com suas defensáveis ambições e vaidades. Escreve um romance histórico, **A Torre de D. Ramires**, que mais não é, afinal, uma sátira, uma troça ao romance histórico em voga, muito formal, anacrônico, fantasiado, conduzindo ao patriotismo, como os que escrevia Pinheiro Chagas. Mas o personagem principal, Gonçalo Mendes Ramires, tem qualidades e defeitos, fraquezas e virtudes. Desconfia de si próprio, até o dia que decide que é um herói. Tem apego ao que era de seus antepassados. Imagina e se entusiasma com uma salutar viagem a África. Mas então - quem lembra? - Quem? - pergunta







A ilustração é do livro *A Ilustre Casa de Ramires*.

Padre Soeiro, no final do romance. A resposta é uma só, Portugal!

Todas as obras da última fase da produção literária de Eça de Queiroz revelam uma prosa mais cuidada, mais sóbria e clara, mais adequada aos ambientes, maior equilíbrio e simplicidade, maior cintilância e perfeição. A vasta e primorosa obra do incomparável escritor é apreciável acervo de produção artística, com todas as galas e fulgores, com todas as gamas e encantos, para honra e glória da nossa língua, tão original, tão bela e harmoniosa – a língua que se fala em Portugal e no Brasil.

O nosso Wilson Martins, ensaísta e crítico literário de projeção nacional, ao escrever sobre o Centenário de um Romancista (Eça de Queiroz) no 'Estado de São Paulo, ed. 27.12.1945, traçou um perfil do incomparável

romancista, nestas frases lapidares:

*'Creio que nenhum outro escritor de língua portuguesa adquiriu maior notoriedade e fama que esse 'pobre homem de Póvoa de Varsim' E não conheço mesmo, em nossa língua, nenhum outro romancista que tão alto tenha elevado o conceito de literatura e que tanto tenha concorrido para a verdadeira criação de gênero romanesco em sua Pátria. Somente com Eça de Queiroz começa a existir em Portugal o romance em sua genuína significação, naquela significação profunda e complexa que lhe deram duas grandes literaturas romanescas por excelência: a inglesa e a francesa. Influências que em Eça de Queiroz puderam milagrosamente se harmonizar, a ponto de nos oferecer um terceiro tipo de romance, que não é inglês e nem francês, mas que apresenta as virtudes de um e de outro, enriquecido pela centelha de gênio romancista português. Eça de Queiroz é, de fato, o gênio do romance. Wilson Martins'*

A 1ª edição de *O dicionário dos Milagres*, publicada em 1900, é uma raridade bibliográfica. No Brasil existem apenas três exemplares: um pertence ao crítico e conferencista Agripino Grieco, outro ao Jornalista Alcino Ribeiro, residente em Presidente Prudente e, terceiro e último exemplar está na biblioteca do magistrado paranaense, Veríssimo Gonçalves Pereira Netto.

*"Glória! Glória! Aos céus. Tudo nele é perfeito! O ritmo de Eça de Queiroz? A pontuação de Eça de Queiroz? Filosófico! Búdico! E que vocabulário". Martins Fontes.*

Veríssimo Pereira Netto é possuidor de uma enorme bibliografia sobre o autor, além de algumas raridades:

- 1) Álbum de Glória – 1880-1883, Ilustrado por Rafael Bordallo Pinheiro. Texto de Guilherme de Azevedo e Ramalho Ortigão.
- 2) Revista de Portugal 1889-1892 – 24 números em 4 volumes – direção de Eça de Queiroz. Publicado por Lugan&Genelioux.
- 3) O Dicionário dos Milagres – Eça de Queiroz.




Póvoa do Varzim - Portugal.

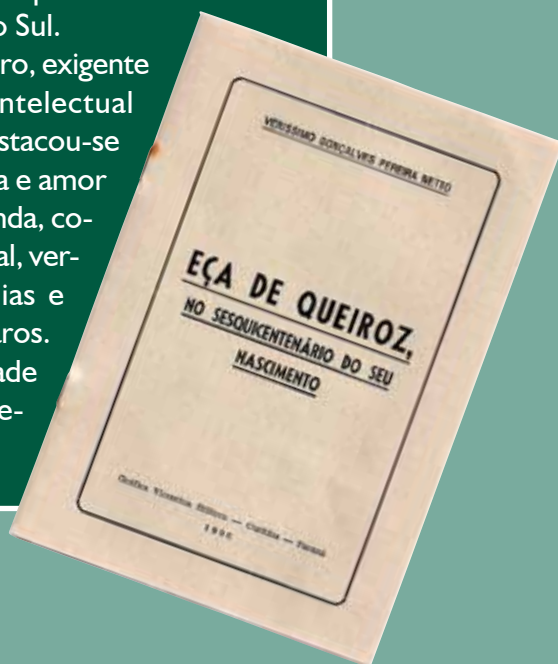
## Veríssimo Gonçalves Pereira Netto

\*|1932+1998

Nasceu em Curitiba, bacharelou-se em direito em 1956 pela UFPR. Ingressou na magistratura em 1962, percorrendo as comarcas de Ponta Grossa, Ipiranga, Paranaguá, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Campo Largo, Araucária, Rio Negro, Teixeira Soares, Goioerê, Castro, novamente Paranaguá, promovido para Curitiba em 1977 e, em 1983, aposentou-se, quando titular da 2ª Vara Criminal.

Pesquisador, conferencista, publicou artigos na imprensa e obras a respeito de Eça de Queiroz, de quem era manifesto admirador. Possuidor de grande biblioteca literária, com raridades históricas, manteve correspondência frequente com intelectuais brasileiros, principalmente sobre Eça de Queiroz. Membro do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, presidiu a Câmara de Ciências Humanas, do Centro de Letras Leôncio Correia, naquela cidade. É patrono do fórum de Rio Branco do Sul.

Homem austero, exigente e pragmático, intelectual reconhecido, destacou-se pela competência e amor aos livros. Era, ainda, colecionador musical, versado em guarânicas e criador de pássaros. Uma personalidade múltipla e surpreendente. 



# Centenário

*Francisco de Paula Xavier Filho*

## Por Francisco de Paula Xavier Neto

Falar e escrever sobre meu pai – guia, exemplo e melhor amigo – muito me emociona. Resumir sua trajetória de vida, sem deixar escapar tópicos importantes, é tarefa impossível. Procurarei, assim, pinçar aspectos – dentre muitos outros – que poderão dar uma idéia do estudante, servidor, promotor de justiça, juiz, professor, esposo, pai, avô, amigo e cidadão, vale dizer, do homem Francisco de Paula Xavier Filho, até hoje lembrado pelos que o conheceram e a suas realizações.

Nasceu ele na histórica Lapa, em uma das antigas casas da Rua das Tropas, no dia 1º de novembro de 1909, filho de Francisco de Paula Xavier e Francisca de Paula Almeida, o mais novo da família que já contava com oito outros rebentos. Órfão de mãe aos 9 anos, viveu entre a Lapa e a propriedade rural de seu pai no “Passa Dois”, onde calejava as mãos na lavoura durante as férias, até os 12 anos, quando foi internado no Colégio Paranaense, em Curitiba.

Aluno de inteligência bem acima da média, sempre se destacou nos estudos. Como não recebia mesada de seu pai ou irmãos, ante a crise na agricultura e no comércio, a que também se dedicava o genitor, passou a dar aulas particulares de álgebra e português a seus colegas de turma e aos de classes inferiores, para poder pagar o bonde do Batel e ir a um cinema nos finais de semana. Iniciou-se, assim, a vida de magistério do posteriormente consagrado e querido professor do ensino médio.

Já na Faculdade de Direito da Universidade

Federal do Paraná passou a dividir a pensão e único terno domingueiro com Norberto Miranda Ramos, mais tarde magistrado em Santa Catarina, onde chegou a presidir o Tribunal de Justiça. Para suportar seus gastos passou a trabalhar como secretário do Tribunal do Júri e escrevente na Vara de Família de Curitiba, sendo responsável pelas habilitações e lavratura dos assentos de casamento. A propósito, voltava de uma celebração de casamento, próxima à Estação Ferroviária de Curitiba, carregando o volumoso livro de casamentos, quando soube haver “estourado” a Revolução de 1930, iniciando-se calorosos pronunciamentos nas ruas e já se instalando mesas para alistamento militar em favor da democracia. Alistou-se no ato e o conduziram, de imediato, ao trem para as linhas de frente. Teve tempo, apenas, de jogar o livro para um amigo, pedindo-lhe que o devolvesse imediatamente ao Cartório e explicasse o ocorrido ao bondoso escrivão que, compreensivamente, teria dito: “Este é o nosso Chiquinho!”

Vitoriosa a revolução – com a qual se decepcionaria mais tarde, ao instalar-se a ditadura – voltou aos estudos universitários. Ainda acadêmico foi nomeado promotor interino de União da Vitória, conciliando as suas novas funções e o curso de Direito com as idas e vindas entre o “Porto” e Curitiba, ora de trem, ora de vapor pelo Rio Iguaçu e trem, utilizando diligências, por vezes, em alguns trechos.

Bacharel em Direito pela turma de 1932, foi nomeado, no ano seguinte, juiz municipal de Reserva, passando a São João do Triunfo, substituindo em São Mateus do Sul, instalando



o Termo de Rebouças e por ele respondendo. Nessa fase seu meio de locomoção era, principalmente, o cavalo. Habilitou-se, por diversas vezes, para nomeação ao cargo de juiz de direito, apresentando seus múltiplos títulos, todavia, reiteradamente, restou preterido pelos já então vigentes “critérios subjetivos”, que levavam à escolha dos amigos, parentes, protegidos, etc., em detrimento dos “estranhos”, ainda que mais preparados. Desiludido, inscreveu-se no concurso para ingresso na magistratura catarinense, sendo aprovado e nomeado.

Passando, dias após, pelo Tribunal de Justiça do Paraná, ao fito de buscar alguns documentos necessários à posse, encontrou o saudoso desembargador Lacerda Pinto, também lapiano, ao qual narrou estar de mudança para o vizinho Estado. Fez-lhe, então, o citado desembargador, um pleito e desafiou-o: “Agora está aberto aqui o primeiro concurso de provas e títulos e você tem que se inscrever e passar, para demonstrar seu mérito e a injustiça sofrida nos simulacros de concursos anteriores.” E continuou: “Deve isso a você, à sua família e a mim, que nunca concordei com os métodos anteriores deste Tribunal! Ao depois, faça sua escolha.”

Ante a firme interpelação, papai sentiu-se no dever de submeter-se ao concurso no Paraná, sendo aprovado em 1º lugar. Apesar disso, por “critérios subjetivos”, ainda a vigor, foi nomeado para a comarca menos procurada, dentre as vagas.

Decidiu, apesar da nova injustiça, ficar no Paraná, até porque sua querida Yonne assim pediu. Nomeado, em 1938, Juiz de Direito, assumiu a longínqua Clevelândia, onde se chegava, partindo de Curitiba, por trem até União da Vitória

e, na sequência, com diligência, cruzando o “Passo da Galinha”, com muda de cavalos e pernoite, seguindo a Palmas e chegando ao destino após dois ou três dias de viagem.

De Clevelândia foi removido a Prudentópolis, promovido a Jacarezinho e retornou a seu amado “Porto” (União da Vitória), por permuta, ao saber que o juiz titular de União da Vitória, que lá perdera um filho, deixaria a magistratura, caso não conseguisse outra Comarca para judicar.

O Porto acabou sendo, por um decênio, a marca da judicatura, do magistério e da ação social do juiz Dr. Xavier, como era conhecido. Lá foi um dos fundadores do Colégio Estadual Túlio de França (pai do depois desembargador Ossian França), onde lecionou por cinco anos, sem qualquer retribuição financeira.

Foi no Porto, por igual, que se dedicou ao amparo de menores carentes, criando e encaminhando pessoalmente, com D. Yonne, dez deles, verdadeiros filhos, que os tratavam de pai e mãe, sendo autênticos irmãos de Ione Maria da Conceição Xavier da Costa, Zeusa de Paula Xavier Fernandes Guerra, Francisco de Paula Xavier Neto e Francisco Xavier.

Em toda sua trajetória de vida teve a seu lado a esposa Yonne, datilografando as sentenças e, ao depois, os acórdãos que proferiu, sem

jamaís haver sido funcionária pública, muito menos servidora do judiciário. Além do auxílio da esposa em seus trabalhos, inclusive de pesquisa, Yonne dava-lhe tranquilidade e segurança, ante o extremo cuidado do zeloso magistrado no sentimento de jamais deixar revelar, antes da publicação da sentença ou da exposição de



**Yonne de Paula Xavier datilografou, com a máquina ao lado, todas as decisões do seu marido.**



seu voto em sessão do Tribunal, o conteúdo da decisão. A propósito, destacando um só exemplo, por ocasião do julgamento de rumoroso e intrincado caso no Tribunal de Justiça, seu revisor, grande amigo e compadre, respeitado magistrado, que o visitava quase todos os dias em casa, indagou, na manhã que antecedia a sessão de julgamento:

“Xavier, qual sua conclusão neste tormentoso processo?” A resposta veio pronta: “Compadre, é melhor tratarmos deste assunto à tarde, quando ouvirei seus valiosos argumentos e dos demais integrantes da Câmara, bem como as sustentações dos advogados, confirmando ou mudando minha convicção”. É, outros eram os tempos!

O homem Xavier foi, por igual, grande caçador, conhecido como exímio atirador, bem assim pescador, além de amante do futebol, tendo presidido o Iguazu de União da Vitória, sendo, em Curitiba, entusiasta torcedor do Água Verde, depois Pinheiros e Paraná. Era um juiz diferente, que jamais deixou o cargo subir-lhe à cabeça, vale dizer - para usar termo tão a seu gosto - nunca padeceu de “juizite”.

Promovido a Curitiba, por antiguidade - critério sempre observado em toda a sua carreira, até chegar ao Tribunal de Justiça, pois, decorridos mais de vinte anos de seu ingresso na magistratura, a “subjetividade” continuava a ser adotada, como, infelizmente, salvo raras exceções, continua até hoje - foi juiz do Tribunal do Júri, da 1ª e 2ª Varas Criminais e da Vara de Órfãos e Anexos, desembargador substituto, por sinal disputado pela operosidade (era um dos chamados “camélias”, assim rotulados por “florirem e cáírem” rápido, ou “limpa-trilhos”,

por convocados ao fim de colocar em dia o acúmulo de processos de alguns titulares, nem sempre afeitos ao trabalho) e desembargador titular, o que se deu em 1958. Foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral. No Tribunal de Justiça integrou o Conselho da Magistratura e alcançou a vice-presidência e a presidência. Nesta última função

(de agosto de 1967 a janeiro de 1969) instituiu, em 1968, o histórico primeiro concurso público de ingresso para funcionários do Tribunal e, por igual, determinou que se realizasse a primeira concorrência pública no Judiciário do Paraná. Criou, com seus pares, e instalou, pessoalmente, 14 Varas, na Capital e no interior do Estado, bem assim 15 comarcas, por força do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei 5809/68), também proposto em sua gestão. Na sua presidência, por igual, teve a iniciativa de criar os gabinetes médico e odontológico, bem assim a assistência social e psicológica na Vara de Menores de Curitiba, criando os cargos respectivos.

O modelo de toga até hoje usado pelos magistrados paranaenses foi concebido e passou a ser utilizado na gestão Paula Xavier que, em seus dezenove meses de duração, realizou cinco concursos para juiz substituto e de direito.

O Copicentro (Centro de Reprodução e Microfilmagem de Documentos e Processos) também nasceu em 1968, ano em que, por igual, passou a ser utilizado o protocolo mecanizado no Tribunal (anteriormente era manual).

A biblioteca do Tribunal, antes exclusiva dos

desembargadores e juizes, foi aberta a advogados, representantes do Ministério Público, estudantes e demais interessados, sendo, em muito, enriquecido seu acervo bibliográfico.

Inúmeras outras medidas e atos visando o melhor funcionamento da Justiça poderiam ser citados, mas o espaço, que já vai longo, por certo, curto seria.

Ao ensejo cabe lembrar a parte final do prefácio ao relatório da gestão Paula Xavier, apresentado pelo grande magistrado e então Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marino Bueno Brandão Braga:

*“Francisco de Paula Xavier Filho fez muito na Presidência do Tribunal. O que fez vai demonstrar neste relatório. Aquilo que em suas linhas não*

*aparece, nós, seus companheiros de trabalho, enxergamos claramente e com emoção em sua personalidade inconfundível de juiz capaz e de homem puro.”*

Mencionado relatório, em sua última folha (de nº 51), registra no derradeiro período as palavras do Presidente que prestava contas e deixava o cargo:

*“Fiz da Justiça um caminho pelo qual sempre trilhei e jamais mudarei de rumo, salvo quando minhas forças físicas e mentais não mais resistirem.”*

A Associação dos Magistrados do Paraná, o Tribunal de Justiça, a comunidade jurídica e a imprensa paranaenses defenderam a escolha de seu nome para integrar vaga no Supremo Tribunal Federal. A propósito, foi ele convidado informalmente pelo próprio Presidente da República de então para o preenchimento de futura vaga na Excelsa Corte, mas tal não se concretizou ante o advento do Ato Institu-

cional nº 5, que cassou Ministros e diminuiu a composição daquele Tribunal.

Meu querido pai foi agraciado com a cidadania honorária de Prudentópolis, Iporã, Colombo, Nova Fátima, Engenheiro Beltrão, Guaraniaçu, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Cascavel, Apucarana, União da Vitória, Londrina, Maringá e Curitiba.

O povo do Paraná, pela Assembleia Legislativa, outorgou-lhe, por sua obra de vida e cinquenta anos de serviços prestados ao Estado, como professor e magistrado, o título de Cidadão Benemérito do Paraná, após sua aposentadoria.

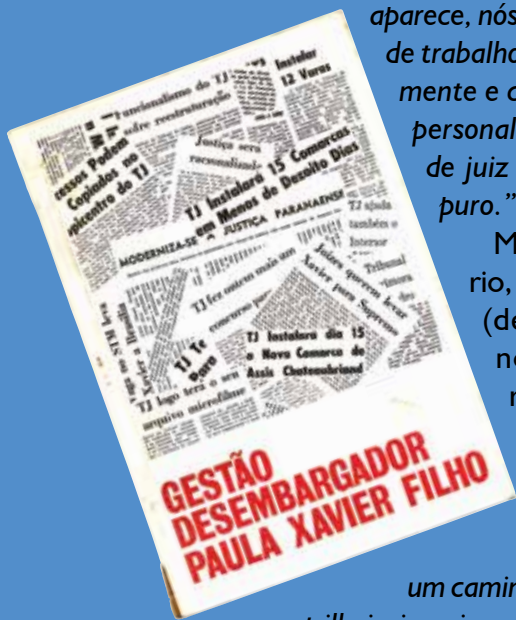
Levam o nome de Francisco de Paula Xavier Filho os Fóruns de União da Vitória e Chopinzinho (Justiça Estadual) e Piraquara (Justiça Eleitoral), bem assim a sede da Associação dos Magistrados do Paraná (de que foi um dos fundadores) de Foz do Iguaçu.

Aos 68 anos de idade, no início de 1978, pediu aposentadoria voluntária, e em sua despedida do Tribunal arrematou:

*“Segui minha trilha como Juiz e homem, com dedicação, retidão, coragem e sem servilismo.*

*Os maiores defeitos do Magistrado são, pela ordem: a corrupção, o medo, a bajulação a superiores e a morosidade no julgar. Desses males não padeci; ao contrário, sempre os combati, daí resultando, talvez, a razão de jamais haver sido removido ou promovido por mérito. Ao contrário, a antiguidade sempre foi minha honrosa companheira e impulsora em toda a carreira. Observando os bons princípios creio ter bem cumprido o meu dever e é hora de buscar o meu nadir. Faço-o com a certeza de que o tempo curvou-me a coluna, mas eu próprio não a dobrei ante os outros e jamais baixei os olhos perante qualquer pessoa, convicto de que, caso o fizesse, teria que baixá-los perante mim e isto seria meu fim.”*

Este foi meu pai, o melhor homem e juiz que conheci, meu guia e de muitos que abraçaram a magistratura impulsionados por seu exemplo e incentivo.





## Francisco de Paula Xavier Neto

Nasceu em 1946 em União da Vitória. Bacharelou-se em 1968, pela Faculdade de Direito da UFPR, obtendo o primeiro lugar, além de ser distinguido com a Medalha de Ouro pelas melhores notas durante o curso. Acadêmico, exerceu função no TRE em 1963 e, em 1967, foi chefe de gabinete da presidência do TJPR.

Em 1969 iniciou sua carreira de magistrado, classificando-se em primeiro lugar no concurso para o ingresso e julgou nas comarcas de Alto Paraná, Pato Branco, Maringá e, em Curitiba, a partir de 1977. Em 1984 assumiu o cargo de juiz de alçada e, em 1993, o de desembargador. Eleito presidente da Associação dos Magistrados do Paraná em 1988 e reeleito na gestão seguinte. Ocupou a vice-presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros em 1990/91, sendo escolhido para presidir a instituição nacional no período de 1992/93.

No magistério lecionou Direito Judiciário Penal na Faculdade de Direito da Fundação Universidade Estadual de Maringá, no Curso de Especialização da Faculdade de Direito de Curitiba. É docente da Escola da Magistratura do Paraná e do curso de Pós-Graduação da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul.

Proferiu palestras e conferências sobre temas jurídicos no Brasil e no Exterior. Autor das obras Valor da Causa e Notas Sobre a Justiça na Alemanha. Cidadão Honorário de Maringá, recebeu a Comenda do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, o Prêmio Cidade de Curitiba e as honrarias de Grande Benemérito da Associação dos Magistrados do Paraná e Benemérito da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Francisco de Paula Xavier Neto chegou à presidência da Amapar após memorável campanha, chamada Novos Rumos, nome adotado



pelo boletim e, mais tarde, pela revista. Em sua gestão, organizou as coordenadorias regionais, realizou assembleias e reuniões, promoveu cursos de aperfeiçoamento e estágios no Exterior aos magistrados paranaenses, sempre prestigiando os aposentados. Construiu as sub-sedes de Londrina e Foz do Iguaçu, reformou e remodelou as demais, que receberam melhoramentos e modernidades. Nesse período, consolidaram-se os ideais de uma magistratura forte e de um judiciário transparente e digno em torno de assembleias democráticas e vibrantes. As questões de interesse da magistratura eram acompanhadas em todos os níveis de poder pela Amapar, sempre com a prevalência do interesse geral sobre o individual.

Sua gestão marcou indelevelmente sua jornada no comando de nossas entidades associativas, com seu talento, criatividade e força inspiradora. Foi um período de grande conagração entre os juízes e seus familiares, que permanecem na memória de todos os que dele participaram. ✎

# A emancipação política do Paraná

*“A história... testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida...”*

(Cícero, 103-43 a.C.).R

Por Luiz Fernando Tomasi Keppen

É sempre importante ser lembrado o episódio da emancipação política do Paraná, até como forma de se prestar homenagem aos fortes e valorosos homens que por aqui viveram, os quais contribuíram decisivamente para esse marco de nossa história.

Voltando no tempo, é de ser dito que os ideais emancipatórios surgiram por volta de 1800, quando a Câmara de Paranaguá resolveu enviar Pedro Joaquim Pereira de Sá à corte de Dom João para solicitar a criação de uma nova Capitania. O insucesso dessa investida não arrefeceu os ânimos paranaenses, valendo ser lembrado do bravo Capitão Bento Viana, que nos idos de 1821, num episódio denominado de Conjuntura Separatista, enfrentou publicamente o Juiz de Fora Antônio Azevedo Melo e Costa e insistiu na necessidade da nomeação imediata de um governo provisório. Outros bravos, depois, deram continuidade a essa mesma luta, merecendo destaque os nomes de Manuel Francisco Correia Júnior, de Paula Gomes, do Coronel Correia Júnior, da Guarda Nacional, e de João da Silva Machado, o Barão de Antonina.

Além disso, o negociado apoio dos curitibanos ao Governo Imperial, no episódio da Revolução Farroupilha, contribuiu decisivamente para o nascimento político da nova Província, ocorrido com o Decreto nº 704, de 29 de agosto de 1853, que desmembrou, da Província de São Paulo, a

## Conselheiro Zacarias

Presidente do Conselho de Ministros do Império

**Mandato:** 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868

**Precedido por:** Marquês de Olinda

**Sucedido por:** Visconde de Itaboraí

**Nascimento:** 5 de novembro de 1815 - Valença (BA)

**Falecimento:** 29 de dezembro de 1877 - Rio de Janeiro (RJ)

**Partido:** Liga Progressista e Partido Liberal

**Profissão:** Advogado



porção de terras da então chamada Comarca de Curitiba. O nome escolhido veio do maior rio a banhar o seu território: Paraná. Antes dessa data não havia paranaenses, mas apenas e tão somente cidadãos da Quinta Comarca.

Aproximadamente quatro meses após, em 19 de dezembro, toma posse o primeiro Presidente, Zacarias de Góes e Vasconcelos, então com 38 anos de idade. Nascido em Valença, Bahia, graduado em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, em sua biografia podem ser notadas qualidades de um estadista preparado para ocupar essa árdua tarefa organizacional, já que previamente passara

## Luiz Fernando Tomasi Keppen

Nasceu em União da Vitória, em 1961. Bacharelou-se em direito pela PUC-PR, em 1986. Ingressou na magistratura em 1989, designado juiz substituto da Sessão Judiciária de Umuarama e, julgou nas comarcas de Alto Paraná, Campo Mourão, Londrina e Curitiba, aonde chegou em 1995. Atualmente é titular dos Juizados Especiais da Região Metropolitana da Capital. Membro do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR e autor da obra Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos. No decorrer da gestão 2001/02, na presidência do Des. Cláudio Nunes do Nascimento criou e coordenou o projeto Resolução Alternativa de Conflitos do Juizado Especial, reconhecido como Paraná Sentença Em Dia. No magistério superior atuou na Faculdade Estadual de Maringá, na Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática e na Faculdade Leocádio Correia. Na Amapar, dirigiu a Colônia de Férias Des. Antônio Franco Ferreira da Costa. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Social da Associação.



pelo parlamento como Deputado Provincial pela Bahia (1843), pelo executivo como Presidente do Piauí (1845/1847) e de Sergipe (1848/1849), e pelo ministério imperial ao ocupar, em 1852, a pasta de Ministro da Marinha.

O programa inicial do governo lhe foi passado por Luiz Pereira do Couto, Ministro do Império, que encarregou o novo Presidente de instalar e organizar o Governo Provincial, o que foi cumprido com rigoroso empenho e dedicada atenção.

Zacarias, desde os primeiros atos, mostrou ser homem de visão invulgar. Assim, escolheu Curitiba como a Capital provincial, por possuir o maior número de casas (cerca de 200), melhores condições climáticas, sanitárias e privilegiada localização. Tendo sido nomeado para um governo de conciliação, presidiu as eleições de senador, deputado geral, e membros da Assembléia Legislativa Provincial. Criou as comarcas de Curitiba, Paranaguá e Castro e nomeou magistrados, não deixando de em seus relatórios enaltecer a atuação da justiça, havendo referência expressa, em um deles a que inominado juiz andara mais de 200 léguas num único ano. Fundou uma companhia policial e proibiu o uso de armas nas cidades, visando à redução da criminalidade. Deu ordens para a construção de cemitérios, opondo-se ao antigo costume de se enterrarem os cadáveres nos templos. Incentivou a organização de várias escolas primárias e a criação das cadeiras de francês e inglês no Liceu Paranaense, pagando bons salários à docência. Organizou os serviços

do correio. Preocupado com a vastidão da nova província, incentivou o povoamento e a imigração de estrangeiros. Procurando melhorar a ligação com os portos de embarque no litoral, deu início à construção da imprescindível estrada da Graciosa. Essas obras, entre outras tantas, verdadeiramente alavancaram o desenvolvimento do Paraná.

Quando deixou o Governo Provincial, a 03 de maio de 1855, Zacarias saiu aclamado. Na viagem de Curitiba a Paranaguá, onde embarcou para o Rio de Janeiro, foi cercado em todos os lugares por efusivas manifestações de gratidão e respeito. Presságio de que teria muito a contribuir para o desenvolvimento da nação, vindo inclusive a tornar-se Presidente do Conselho de Ministros do Império.

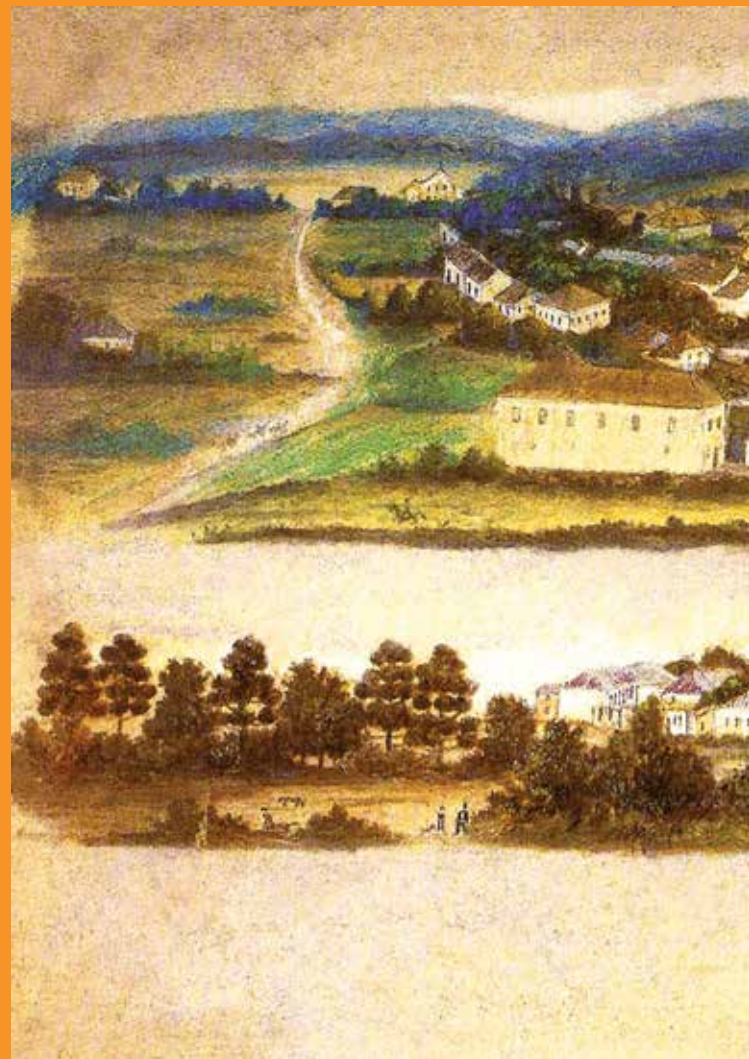
A continuidade dessa construção, no período imperial, destaque seja feito a Francisco Liberato de Mattos (1857-1859), André Augusto de Pádua Fleury (1864-1866), Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1873-1875), Adolpho Lamenna Lins (1875-1877), Manoel Pinto de Souza Dantas Filho (1879-1880), João José Pedrosa (1880-1881) e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1888 e 1889), cada qual em sua presidência colaborando para a afirmação política do Paraná.

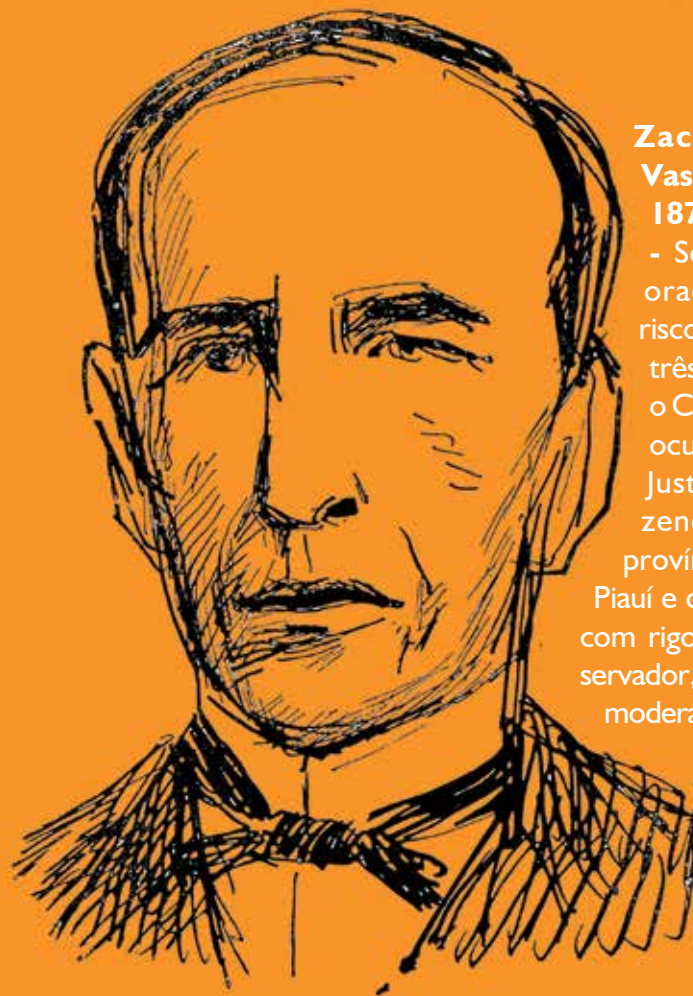
Tendo a história dessa luta emancipatória contado com gerações de valorosos patriotas, os exemplos dos que passaram deve a todos estimular, para que se tenha um Estado que verdadeiramente orgulhe a nação brasileira, como referencial de trabalho, respeito, dignidade e justiça.



**Chegada de Zacarias de Góes e Vasconcelos a Curitiba** - Óleo sobre tela, de Arthur Nízio, de grandes proporções, feita sob encomenda ao Governo do Estado, para as comemorações do Centenário da Emancipação Política. Exposta no Palácio Iguçu. Curitiba recebeu o presidente Zacarias e sua jovem esposa de apenas 15 anos, chegados de Paranaguá pela estrada do Itupava após seis dias de viagem em lombo de mulas, cavalos e carroções. Acompanhados por soldados da Guarda Nacional, foram recebidos por quase a totalidade dos moradores da cidade. Meninas vestidas de branco saudaram o casal, oferecendo-lhe flores.

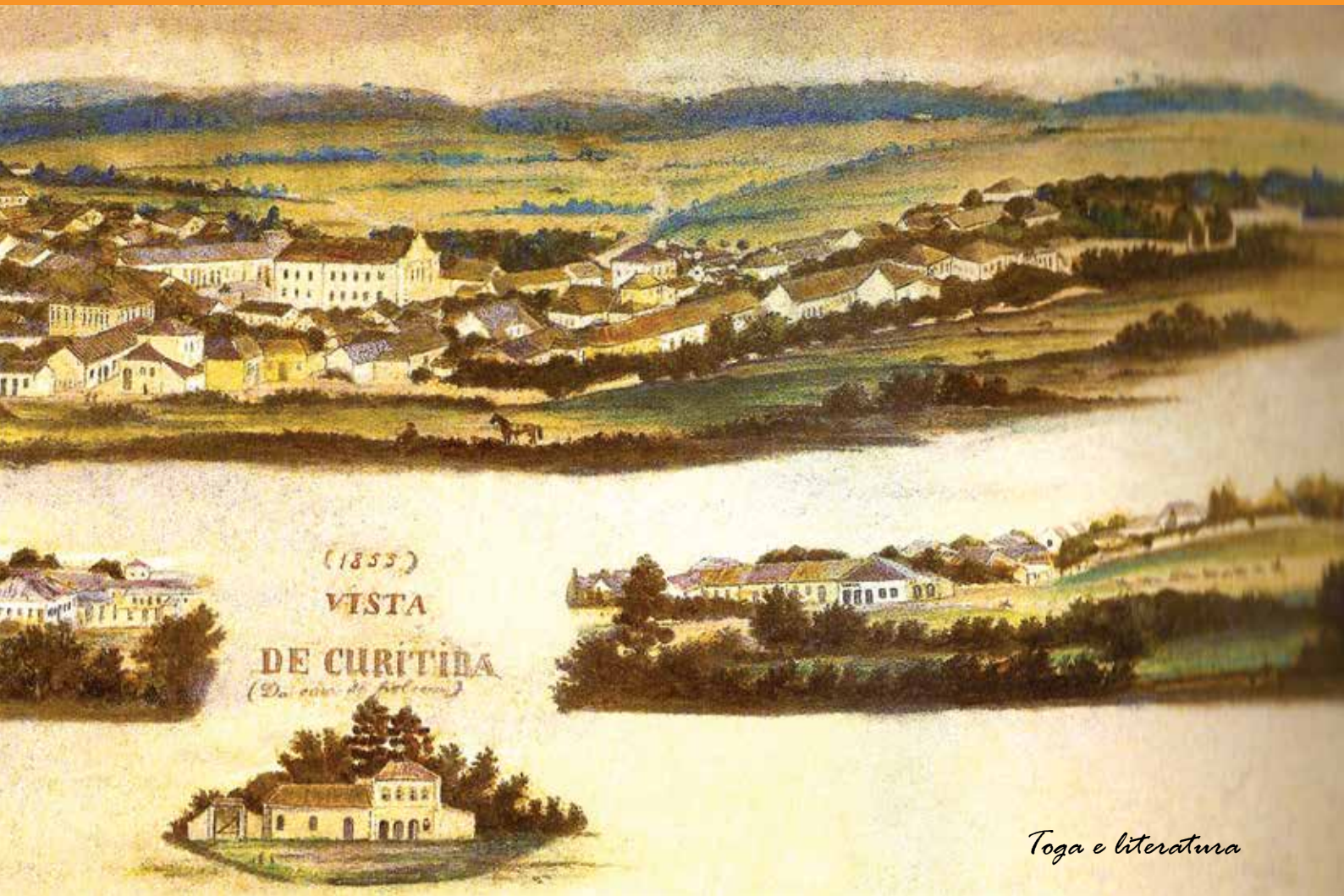
**Curitiba em 1855. Desenho feito por J. H. Elliot** - Era uma vila pobre e modesta, tornada cidade em 1842 e capital da província em 1853. Povoação pequena, circunscrita aos ribeirões do Belém e Ivo e edificação rareada, 308 casas em 8 a 10 ruas. Na parte central, a Praça da Matriz, ao fundo a igreja da Ordem e uma população de 5.800 habitantes.





**Zacarias de Góes e Vasconcelos \*1815 + 1877. Aatoria de Poty**

- Senador do Império, orador eloquente, jurisconsulto, presidiu por três vezes consecutivas o Conselho de Ministros, ocupando as pastas da Justiça, Marinha e Fazenda. Presidente das províncias do Paraná, do Piauí e de Sergipe, governou com rigor e sabedoria. Conservador, adotou uma conduta moderada e conciliatória, em harmonia com o pensamento liberal. Administrou o Paraná de 19 de dezembro de 1853 até 03 de maio de 1855.





**Busto de Zacarias inaugurado em 1915**, na praça que lhe empresta o nome. Este local se chamou Largo do Chafariz e havia uma ponte transpondo o Rio Ivo.

**Sessão Solene da Instalação da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853**

Tela histórica (4mX6m) de autoria do laureado Theodoro De Bona, encomendada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, para as comemorações do Centenário da Instalação da Província. Executada na cidade do Rio de Janeiro e exposta no Palácio Iguçu.



Lei n.º 704 de 29 de Agosto de 1853  
A Assembleia Geral Legislativa Decretou.

Artigo 1.º A Comarca da Coritiba na Província de São Paulo fica elevada à categoria de Província com a denominação de - Província do Paraná - .  
A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Artigo 2.º A nova Província terá por Capital a Cidade da Coritiba, em quanto a Assembleia respectiva não decretar o contrário.

Artigo 3.º A Província do Paraná dará um Senador, e um Deputado à Assembleia Geral: sua Assembleia Provincial constará de vinte membros.

Artigo 4.º O Governo fica authorisado para crear na mesma Província as Estações fiscaes indispensaveis para a arrecadação, e administração das Rendas gerais, submettendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembleia Geral para definitiva approvação.

Artigo 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Foi da Comara dos Deputados em vinte seis de Agosto de mil oitocentos e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Francisco de Paula Rodrigues Alves  
Presidente

**LEI N.º 704 de 29 de Agosto de 1853** - Em 1843 o Senado Imperial recebeu projeto de lei propondo a criação da província do Paraná. Naquele texto havia três artigos distintos: instituía a divisão territorial da Província do Grão-Pará, instalando o Amazonas, a divisão de São Paulo, criando a província do Paraná, e, a terceira, acrescia às terras paulistas parte limítrofe de Minas Gerais. A Câmara Legislativa colocou tal proposta em votação durante 50 sessões, nos três anos seguintes, envolvendo consultores, advogados e parlamentares daquelas regiões. Desmembrado o processo, em 1850, foi instalada a província do Amazonas. Mas a criação da província do Paraná e, principalmente, a divisão de Minas Gerais, suscitou os mais variados debates de ordem jurídica, política e social. Até que, esgotadas as prerrogativas legais, o artigo sobre a compensação territorial foi retirado e, às vésperas do encerramento do ano legislativo de 1853, finalmente a comarca de Coritiba foi elevada à categoria de Província do Paraná, com idênticos limites.

# Um pé de galinha dá uma refeição

Por Noedi “Didi” Bittencourt Martins

Sou filho de gente pobre, nascida em Santo Antônio do Sudoeste - PR. Mãe analfabeta nascida na cidade de Pranchita - PR. Pai com segunda série do primário, nascido em Antonina - PR. Já passei dificuldades. Esta é minha origem e não me envergonho dela. Essa provação fez de mim e meus irmãos pessoas fortes.

O tempo passou e com estudo mudei meu destino. Já formado, com casa própria e esposa e filhos, fui ao açougue comprar carne, isto por volta de 1978. Ao meu lado uma senhora idosa, aparentando uns 70 anos de idade, visivelmente pobre, coloca uma moeda no balcão e diz que quer comprar “pé de frango”. O açougueiro gentilmente pega a moeda e lhe embrulha 2 pés de frango. Esclareço, era o pé do frango e a canela, esta como o povo identifica o osso que une o pé à articulação do joelho. Como todos sabem, ali não existe carne. Aquela cena me doeu o coração, porque lembrei de meu passado. Tentei presentear-la com outro tipo de carne. Cordialmente ela não aceitou e me disse, em voz calma, segura e sem mágoas,

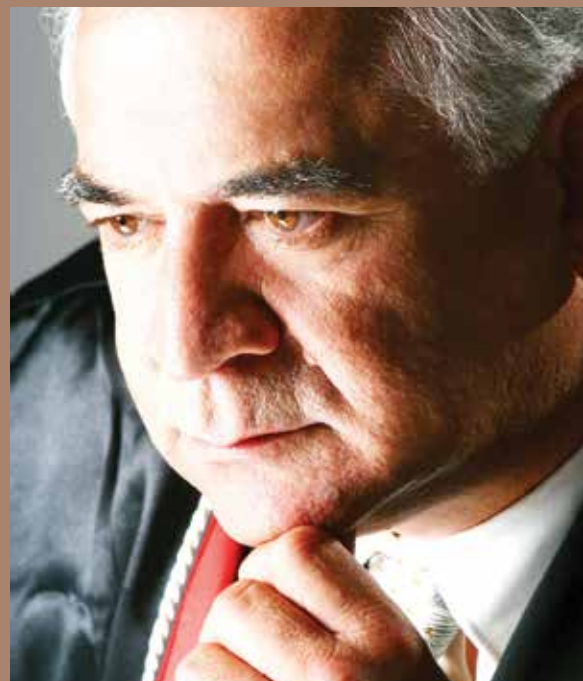
*“Um vencedor é sempre parte da resposta.  
Um perdedor é sempre parte do problema.  
Um vencedor sempre tem um problema.  
Um perdedor sempre tem uma desculpa.  
Um vencedor diz: Deixa-me ajudá-lo.  
Um perdedor diz: Não é minha obrigação.  
Um vencedor enxerga uma resposta para cada problema.  
Um perdedor enxerga um problema para cada resposta.  
Um vencedor diz: Pode ser difícil, mas é possível.  
Um perdedor diz: Pode ser possível, mas é tão difícil”.*



assumindo sua pobreza com elegância e sem maldizer-se: “Moço! Um pé de galinha dá uma refeição”. Era muita nobreza para quem era tão pobre. Fiquei desconcertado, mudo, e nessa condição vi aquela senhora idosa, com trajes maltrapilhos, mas bem limpos, seguir pela rua, por certo seguindo honestamente pelos caminhos da vida. Ao retornar para casa, meu almoço foi indigesto ante aquela cena que batia forte, fruto da desigualdade social, que retira de muitos o direito ao mínimo para preservação da dignidade.

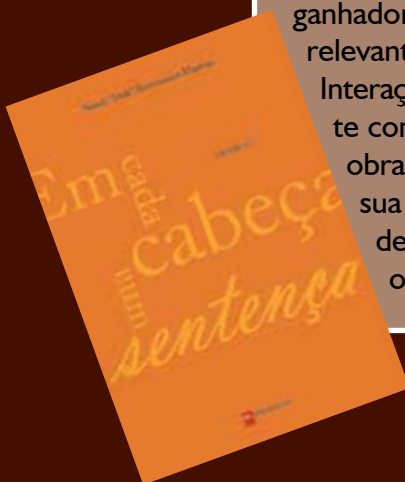
Passaram-se quase trinta anos e essa cena não me abandona. E me inquieta. Alvorça-me. Surge a consciência bradando de que é preciso fazer algo para melhorar esse quadro, que ainda se faz presente, na miséria de muitos do povo.

Nesta oportunidade quero saudar aquela senhora idosa muito pobre da cena que relatei, e tantas outras pessoas que estão nessa condição, por serem pessoas espiritualmente fortes e verdadeiramente vencedoras morais, pois herdarão o reino dos céus. Assim o faço com o texto abaixo, de autor desconhecido:



## Noedi “Didi” Bittencourt Martins

Nasceu em Santo Antônio do Sudoeste, Paraná. Bacharelou-se em Ciências Contábeis pela UFPR, em 1974 e em Direito pela UFPR, em 1976. Ingressou na magistratura em 1990, designado para a Comarca de Guaraniaçu, julgou nas comarcas de Telemaco Borba, Ortigueira, Reserva, Tibagi, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Quedas do Iguaçu, Antonina, Pinhais e no Tribunal do Juri de Curitiba, Guaratuba, Morretes, Matinhos, Pitanga e Foz do Iguaçu. Rotariano, ex-presidente do Rotary Club de Guaraniaçu e de Antonina. Cidadão honorário de Guaraqueçaba e Guaratuba, ganhador do Prêmio Cidade de Curitiba por relevantes serviços na área social e Prêmio Interação Nacional Brasil 2001, por relevante contribuição na área jurídica. Autor da obra *Em Cada Cabeça uma Sentença*. Em sua juventude, foi jogador de futebol de destaque em times paranaenses, como o Britânia, hoje Paraná Clube. ✍️



# Clayton Reis

## *A história do magistrado*

Os meandros da existência conduzem a pessoa 'a mares nunca dantes navegados', feliz expressão de Camões. Nasci na cidade de Ubá, Minas Gerais, em 21 de março de 1943, filho de Sinval Reis e Iracema Nalin Reis, e, poucos anos após, minha família transferiu residência e domicílio para a longínqua cidade de Apucarana.

No Estado do Paraná, em 1950, meu pai Sinval Reis assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Apucarana e, posteriormente, em 1954, Paranaíba, aonde terminei o 1º grau. Cursei o ensino médio, segundo grau, no Instituto Americano de Lins, em Lins (SP) e no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. No ano de 1966 concluí o curso de licenciatura em Química pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFPR e, em 1970, bacharelei-me em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba.

Retornei a Paranaíba e, atendendo a convite, ingressei na política como candidato a vereador, sendo eleito para a Câmara Municipal naquela gestão.

Iniciei nessa cidade minha carreira no magistério, como professor da Fundação Municipal Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e, posteriormente, ao me transferir para Maringá, tive o privilégio de ser um dos pioneiros da fundação da Universidade Estadual de Maringá. Com orgulho e satisfação, coordenei o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica que mantém cursos de Engenharia Química, Engenharia Civil, Química, Física e Matemática, participando do primeiro Vestibular Unificado, aprovando o primeiro regulamento daquela recém criada escola de nível superior, como integrante do Conselho Universitário. Também dirigi a então instalada Imprensa Universitária.

Em 1975 transferi residência para Curitiba e assumi a direção do Departamento de Assuntos Universitários do Estado, antiga Superintendência do Ensino Superior no Governo Jayme Canet Junior, gestão do Secretário de Estado da Educação, Engenheiro Francisco Borsari Netto. Entre os anos de 1975 e 1977, lectionei no Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Faculdade de Direito de Curitiba e, ainda, no Curso de Formação de Oficiais da Academia Militar do Guatupê.

Em junho de 1977, habilitiei-me em concurso para a magistratura paranaense e ingressei como juiz adjunto de Araucária, sede da Seção Judiciária, compreendendo as comarcas de Rio Negro e Mallet. Em 1978 submeti-me a outro concurso, este de títulos e provas, sendo aprovado para o cargo de juiz substituto e permaneci na mesma comarca. Em meados daquele ano ingressei como juiz de direito titular na comarca de Colorado, congregando cinco municípios: Santa Inês, Santo Inácio, Lobato, Itaguapé e Nossa Senhora das Graças.

Era a época eleitoral. A abertura política estava se processando em todo o País e houve pequena flexibilidade nas regras eleitorais, ocasionando acirrada disputa. Realizaram-se eleições para os cargos de prefeito e vereador nas seis prefeituras e respectivas câmaras municipais. Os partidos políticos se resumiam em ARENA e MDB. Nos grandes centros ocorriam as famosas passeatas, a polícia reprimia os manifestantes, o governo reagia, censurando os meios de comunicação. Foi o início da decadência do regime militar. Havia uma insatisfação latente na população, que não se restringia a exigir um sistema de governo democrático, lutava, igualmente, contra a lei salarial obsole-



*Quem se lembrará do choro  
do índio perdido  
Entre a mata queimada e  
devastada.  
Quem se lembrará das  
lágrimas do orvalho pousadas  
sobre a flor.  
Minha terra tem ambrósias,  
cor de uva, do jasmim, que  
desconheço o perfume.*

*Clarissa Reis*

transcorreram em clima de tranquilidade, sem maiores dificuldades.

Nessa mesma comarca realizei incomum e constrangedora audiência. Por determinação do Tribunal Regional Eleitoral, inquiri um prefeito municipal ameaçado de destituição do cargo por condições pessoais. Determinei que o interrogado procedesse a leitura de um trecho da Constituição Federal, fato que não aconteceu, por ser o cidadão analfabeto. Por óbvias razões foi destituído do cargo.

Em 1977 o Paraná foi assolado por uma longa estiagem, que provocou incêndios em várias regiões do Estado, inúmeras propriedades rurais foram devastadas pelo fogo, culminando com centenas de desabrigados. O governo estadual decretou estado de calamidade pública. Promovi então, uma campanha de apoio às vítimas, sendo arrecadadas toneladas de mantimentos, transportadas em dois caminhões de carga para a Central de Arrecadação na Capital.

Permaneci em Colorado por nove meses. Em março de 1979, ocorreu minha remoção para a vizinha Mandaguaçu, onde permaneci até janeiro de 1980.

O fórum funcionava em precárias condições. Ocupava o andar superior de um edifício e, no andar térreo, funcionava um estabelecimento comercial, uma empresa fornecedora de agrotóxicos para lavoura. O odor de BHC contínuo e insuportável prejudicava a saúde de todos os que ali trabalhavam ou frequentavam o fórum, impedindo o transcorrer normal dos trabalhos forenses. Assim, com o incondicional apoio do então presidente do Tribunal de Justi-

ta, queria a alternância no poder e postulava a abertura política. Enfrentando este clima adverso, tive imenso trabalho para dirigir e coordenar todo o procedimento eleitoral instruindo, capacitando mesários e escrutinadores, tudo inédito para os participantes. E para mim também, pois era a minha primeira eleição. Dediquei todo o meu tempo ao estudo da legislação para que, em momento algum, me afastasse do cumprimento da Lei e do Direito e me revesti de coragem para resolver as muitas situações inusitadas, próprias daquele processo.

Em determinada noite, tive que me deslocar até o Município de Itaguapé para uma reunião emergencial com as lideranças políticas locais. No recinto da Câmara Municipal, a presença do juiz tinha o propósito de acalmar os ânimos dos presentes que, de tão alterados, faziam sérias acusações entre si, ameaçando com represálias, atitude que só dificultaria o andamento normal daquelas que foram as primeiras eleições majoritárias. Apesar das tantas prisões que tive que determinar para assegurar o cumprimento da Lei, tanto a votação quanto a apuração



ça do Paraná, Des. Marino Bueno Brandão Braga, após os trâmites legais, consegui a aprovação de um projeto e posterior construção do atual edifício. Também encetei uma campanha junto com a Secretaria Estadual de Justiça para promover, sem ônus, o Registro Civil de jovens e adultos que não possuíam certidão de nascimento. Naquela ocasião, os cartórios lavraram mais de quatrocentos documentos.

Meu empenho foi reconhecido pelos jurisdicionados que, em agradecimento, me conferiram o título de Cidadão Honorário de Mandaguaçu, São Jorge do Ivaí e Ourizona, em sessão solene conjunta, reunindo os vereadores das respectivas câmaras municipais e população daquelas cidades numa harmoniosa festa, fato inesquecível e que muito me sensibilizou.

No início de 1980 fui promovido por merecimento para a entrância intermediária. Voltei então a Paranavaí, onde permaneci até 1984. Seguindo o exemplo de meu pai, participei ativamente dos movimentos sociais, dando especial atendimento, como presidente de honra, ao Lar Escola das Meninas e Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí, ambas fundadas por ele. Na ocasião, o processo de reconhecimento da entidade como de utilidade pública federal das duas instituições foi aprovado e organizei uma campanha comunitária, local e regional, para socorrer a deficitária situação econômica da Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí. Em decorrência da minha participação no campo

da filantropia, em de 21 de agosto de 1999 recebi a seguinte menção:

“O Lar Escola das Meninas de Paranavaí, Estado do Paraná, por unanimidade de sua diretoria confere a CLAYTON REIS, o presente título de reconhecimento e gratidão pelos relevantes serviços prestados como presidente desta instituição; a sua dedicação nos mostrou um exemplo de amor pela vida”.

No mesmo sentido, fui agraciado com um Diploma de Benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí.

Nessa ocasião, postulei junto às autoridades estaduais, uma campanha para criação e instalação da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça Trabalhista, em prédio próprio. Após inúmeras reuniões com autoridades, agentes comunitários, tal fato foi concretizado em 1985, contando com a eficiente participação e intervenção do deputado federal Dr. José de Alencar Furtado.

Naquela comarca, atendi a segunda zona eleitoral, acumulando as funções de Diretor do Fórum, do Juizado Cível e de Juiz Trabalhista. Um período trabalhoso, com mais de 2.500 ações tramitando na 2ª Vara Cível e igual volume na área trabalhista.

Em dezembro de 1984, promovido por merecimento para a vizinha Maringá, na condição de Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária, ali permaneci até dezembro de 1989.

Naquela comarca fui distinguido com a escolha de Coordenador da Escola da Magistratura do Paraná, tendo oportunidade de instalar novas turmas, promover e organizar cursos e encontros, com a participação de professores da UEM e da UFPR. Na época, submeti-me a concurso de provas e títulos e passei a lecionar a disciplina de Direito Civil na UEM. Participei e incentivei movimentos beneficentes junto ao Rotary Club e à Loja Maçônica da cidade.

A 2ª Vara Cível, com grande movimento de processos, aproximadamente 6.500 ações em tramitação, exigia imenso esforço do titular, tanto nas audiências quanto no atendimento às partes e nos múltiplos procedimentos que tramitavam na serventia. Apesar do trabalho

*Um dia fui poeta...  
Troquei palavras como figurinhas...  
Usei mais de mil esferas...  
De borrachas... de violinos...  
Para compor um poema  
Que falasse de um amor...  
Que continua no coração*

*Clarissa Reis*

diuturno, algumas amenidades aconteciam. Um fato cômico ocorreu durante uma audiência – ação de indenização por perdas e danos - decorrente de acidente de trânsito. Uma das testemunhas da autora depôs amplamente sobre os fatos lesivos, demonstrando perfeito conhecimento, citando pormenores sobre o acidente. O advogado da parte adversa, quando tomou a palavra, dirigiu-se ao magistrado presidente da sessão e disse:

- 'Meritíssimo, peço a Vossa Excelência que indague da testemunha se a mesma confirma que, no bairro onde reside, é conhecida pela alcunha de Zé-Mentira'?

No que foi indagada, a testemunha, constrangida, confirmou com a cabeça abaixada.

Em janeiro de 1990 chegou a tão esperada remoção para a Comarca de Curitiba e, na condição de Juiz de Direito Substituto, fui designado para a 4ª Vara da Fazenda Pública e 2ª e 4ª Varas Cíveis. No mês de fevereiro, o Des. Henrique Chesnau Lenz César, Corregedor-Geral da Justiça, convidou-me para ocupar o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, na condição de Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial. Aceitei e exerci a direção até dezembro de 1992. Éramos três, os juízes auxiliares, e tive a oportunidade de grata convivência com os colegas José Molteni Filho e Rosene Arão de Cristo Pereira. Realizamos inspeções correcionais ordinárias e extraordinárias em praticamente todas as Comarcas do Estado do Paraná. Ao término daquela gestão, fui nomeado juiz de direito da 19ª Vara Cível da Capital e, no ano de 1993, exerci direção do Fórum Cível de Curitiba. Em 1995 assumi o cargo de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, substituindo em diversas Câmaras Cíveis e Criminais do extinto Tribunal de Alçada. Na gestão do colega Jorge Wagid Massad, como presidente da Amapar,



ocupei a Direção Geral da Escola da Magistratura. Nessa gestão a Escola foi reaparelhada, tendo condições para abertura de novas turmas, de ministrar cursos de aperfeiçoamento e atualização aos magistrados, outros destinados a oficiais de Justiça e atualização aos assessores jurídicos. Felizmente contávamos com o apoio incondicional do presidente do Tribunal de

Justiça, Des. Ronald Accioly Rodrigues da Costa e do corregedor-geral Des. Negi Calixto, que prestigiaram sobremaneira a EMAP e foram justamente homenageados com uma placa de bronze afixada no seu átrio.

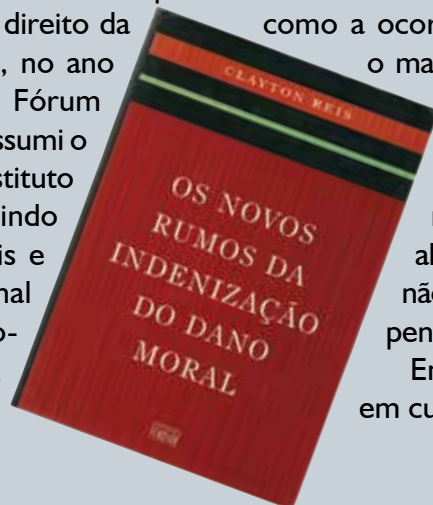
A carreira reserva aos juízes convivência com fatos dramáticos vivenciados no julgamento dos conflitos humanos. Dentre eles, lembro-me com tristeza da lamentável audiência, quando da inquirição de testemunhas num processo de infanticídio, em Mandaguaçu. As testemunhas, vizinhas da residência do pai que espancara o filho até a morte, narraram os apelos da criança e seus gritos de dor, emocionando os presentes.

Na Comarca de Maringá, durante audiência de conciliação e julgamento em processo indenizatório, em que os pais requeriam indenização de perdas e danos, cumulada com danos morais, em decorrência de acidente grave de motocicleta que culminou com a morte de filho adolescente, a mãe, em grande desespero, indagou em clima de revolta e aflição:

– Afinal, quanto vale a vida do meu filho?

No entanto, há ainda situações cômicas, como a ocorrida em Mandaguaçu, quando o marido, que fora preso porque se recusava pagar prestação alimentícia 'à jararaca' de sua ex-esposa, e que, cumprida a pena, recusou-se a sair da prisão, sob a alegação de que estava tranquilo e não trabalhando, não poderia pagar pensão alimentícia.

Em Apucarana, o oficial de justiça em cumprimento a mandado de cita-



ção de determinado sitiante, foi violentamente atacado por abelhas previamente ‘instigadas’ dolosamente pelo proprietário para evitar o cumprimento da ordem judicial.

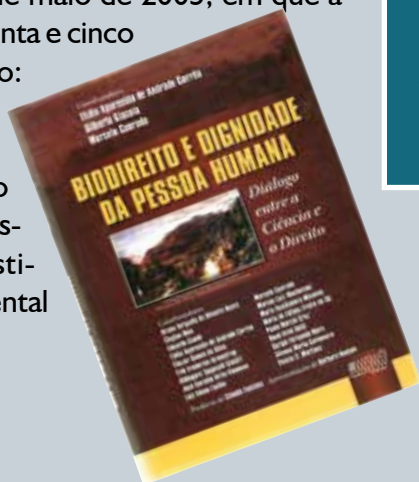
Todos esses fatos retratam a comédia e o drama da vida humana, em que o juiz é protagonista desse quadro de teatralidade das pessoas em seus conflitos no ambiente social. Certamente, todo o magistrado teria condições de retratar em cores vivas as mais intrincadas situações presentes no teatro da vida humana, no decorrer da carreira.

Após mais de duas décadas dedicadas à magistratura paranaense, em 1995 encerrei minha atividade de julgador, requeri e obtive minha aposentadoria. Mas dei continuidade à atividade docente: concluí o curso de mestrado e o de doutorado, na área de Ciências Sociais, perante a Universidade Federal do Paraná em junho de 1997 e dezembro de 1999, respectivamente. Na sequência, reassumi as aulas na Universidade Estadual de Maringá, de onde só me afastei para concluir a pós-graduação. Atualmente, sou Coordenador do Curso de Direito da UEM, ministro aulas na graduação e no curso de mestrado, onde permaneci até o ano de 2002, quando também me aposentei. No dia 20 de novembro de 2004, fui agraciado com o título:

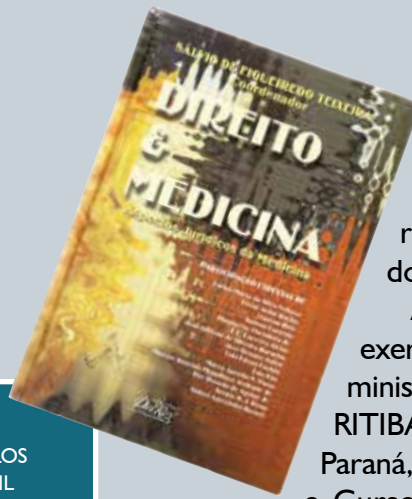
A Universidade Estadual de Maringá e a Fundação ALUMI expressam sua gratidão ao ilustre professor Doutor CLAYTON REIS em reconhecimento a sua excelência acadêmica e profissional bem como por sua valiosa contribuição na fundação, implementação e consolidação do Curso de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá”.

Na data de 11 de maio de 2005, em que a UEM completou trinta e cinco anos, recebi o título:

“Honra ao Mérito pela sua participação no processo de construção da história da UEM, instituição de fundamental



1. DANO MORAL, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1987;
2. AVALIAÇÃO DO DANO MORAL, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1998;
3. NOVOS RUMOS DA INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002;
4. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO CIVIL DE 2002, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003.
5. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – DEZ ANOS (1988-1998), Obra coordenada por ANTONIO CARLOS MATHIAS COLTRO, sob o tema: O DANO MORAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 1999.
6. DIREITO & MEDICINA, obra coordenada por Sálvio de Figueiredo Teixeira, sob o título: OS DANOS MORAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE DO MÉDICO, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2000.
7. GRANDES TEMAS DA ATUALIDADE – RESPONSABILIDADE CIVIL, obra coordenada por EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE, sob o título: A TEORIA DO RISCO NA MODERNIDADE – UMA ANTEVISÃO DO FUTURO, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2006.
8. DIREITO EMPRESARIAL & CIDADANIA – QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS, obra coordenada por JAIR GEVAERD E MARTA MARILIA TONIN, sob o título: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPRESÁRIO EM FACE DOS NOVOS COMANDOS LEGISLATIVOS CONTIDOS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, Curitiba, Editora Juruá, 2004.
9. CURSO DE DIREITO DAS SUCESSÕES, obra coordenada por DOUGLAS PHILLIPS FREITAS, sob o título: DO DIREITO DE ACRESCECER ENTRE OS HERDEIROS, Florianópolis/SC, Editora VOXLEGEM, 2007.
10. GRANDES TEMAS DA ATUALIDADE – DANO MORAL, obra coordenada por Eduardo de Oliveira Leite, sob o título O VERDADEIRO SENTIDO DA INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002.
11. CURSO DE DIREITO DE FAMILIA, obra coordenada por DOUGLAS PHILLIPS FREITAS, sob o título: TEMAS SELECIONADOS DE DIREITO DE FAMILIA – O DANO MORAL NO DIREITO DE FAMILIA, Florianópolis, Editora VOXLEGEM, 2004.
12. O NOVO CÓDIGO CIVIL – COMENTADO POR ARTIGOS. Obra coordenada por DOUGLAS PHILLIPS FREITAS, sob o título: A PROTEÇÃO DA PERSONALIDADE NA PERSPECTIVA DO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, Florianópolis, Editora VOXLEGEM, 2003.



importância para o desenvolvimento de Maringá e região, patrimônio do Paraná”.

Atualmente, continuo a exercer atividade acadêmica, ministrando aulas na UNICURITIBA, Universidade Tuiuti do Paraná, Escola da Magistratura e Curso de Mestrado em Direito do CESUMAR – Centro de

Ensino Superior de Maringá. Dedico-me exclusivamente ao magistério através de cursos, palestras e participação em múltiplas atividades em diversas instituições de ensino no Paraná e outros Estados bem como desenvolvendo intensa produção jurídica, representada por inúmeras obras lançadas a lume no mundo jurídico nacional.

Em conformidade com o exemplo de meu progenitor, após quase quarenta anos de atividade pública, especialmente dedicada à magistratura, afirmo que a função jurisdicional tem um valioso significado. Há poucos anos um colega magistrado indagou-me se eu seria novamente juiz. Respondi-lhe de forma enfática e convincente, afirmativamente, sim! Foram anos marcantes, envolvidos por múltiplas situações complexas, pautadas por decisões que exigiram reflexões em face da Lei e de minha consciência, sempre no afã de solucionar os incontáveis conflitos humanos, todos eles frutos de nossa inegável falibilidade. Não poderia concluir sem deixar de ressaltar ponto que considero relevante. Nunca, como na atualidade, o Poder Judiciário exerceu papel tão marcante no equilíbrio social, econômico e político do Estado. A função do juiz sobreleva a do político e a do legislador. Afinal, é esse profissional que proclama o justo, confere o direito a quem o merece, soluciona o conflito, enfim, é ele no último reduto do cidadão, que restabelece a paz violada, assegurando ao Estado e ao indivíduo a convivência plena no Estado de Direito.

13. O DIREITO DE FAMÍLIA APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Obra coordenada por ANTONIO CARLOS MATHIAS COLTRO, sob o título: RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ROMPIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL. São Paulo, Editora Bastos, 2000.

14. BIODIREITO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA E O DIREITO, obra coordenada por ELIDIA APARECIDA DE ANDRADE CORREA, GILBERTO GIACOLA E MARCELO CONRADO, sob o título: A DIGNIDADE DO NASCITURO, Curitiba, Editora Juruá, 2006.

15. REPENSANDO O DIREITO DO CONSUMIDOR – 15 ANOS DO CDC (1990-2005), obra coordenada por ALDAMI DO CARMO CAPAVERDE E MARCELO CONRADO, sob o título: O DANO MORAL DAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS, Curitiba, Ordem dos Advogados do Brasil, 2005.

16. DERECHO PRIVADO, obra coordenada por OSCAR J. AMEAL E DORA MARIANA GESUALDI, sob o título: EL DAÑO A LA PERSONA EN EL DERECHO BRASILEÑO, Buenos Aires, Editorial HAMMURABI, 2001.

17. DIREITO DO TRABALHO – 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO, obra coordenada por ROLAND HASSON E MARCO ANTONIO VILLATORE, sob o título: AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OU PATRIMONIAL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE TRABALHO, Curitiba, Editora Juruá, 2008.

18. O DIREITO PRIVADO EM DISCUSSÃO, VINTE ANOS APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, obra coordenada por MARCELO CONRADO E ROSALICE FIDALGO PINHEIRO, sob o título: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS, Curitiba, Editora Juruá, 2008.

19. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS, obra coordenada por Hildegard Taggesell Giostri, sob o título OS DANOS MORAIS NA ATIVIDADE PROFISSIONAL ODONTOLÓGICO, Curitiba, Editora Juruá, 2008.

## Clarissa Reis

Nasceu em Curitiba em 28 de fevereiro de 1974, filha do magistrado Clayton Reis e de Tânia Máris Alberge Reis. Jornalista, poetisa e cronista, autora do livro: Trigo Brasileiro, 1992.



## Joatan Marcos de Carvalho

Nasceu em Bento Gonçalves (RS) em 1950. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFPR, na turma de 1982. Realizou cursos de pós-graduação em Direito do Estado na UFSC, em Direito Econômico na UFPR e Direito Europeu na Universidade de Coimbra. Após concurso, ingressou na magistratura paranaense em 1987, julgando nas comarcas de Cornélio Procópio, São José dos Pinhais, Campina da Lagoa, Barbosa Ferraz, Toledo, Ivaiporã, Cascavel e Curitiba, aonde chegou em 1995. Atuou como juiz substituto de 2º grau e assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, em 2008. Publicou Comentários ao Novo Código de Trânsito Brasileiro, em 1998. Integrante da diretoria da Amapar, na gestão 2006/07 exerceu o cargo de Tesoureiro e o de Superintendente do Judicimed, no ano de 2008. Magistrado culto e respeitado, palestrante e articulista inovador, teve seus artigos publicados na imprensa paranaense e revista Novos Rumos. É casado com a Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.



# Pitujucá

Por Joatan Marcos de Carvalho

Não sei bem quando comecei a me interessar pelos nomes das plantas e das árvores. Pode ter sido a partir do momento em que passei a ler, por volta dos quinze, dezesseis anos; ficava curioso a respeito das espécies vegetais que eram referidas nos textos. Tais como: 'A alameda era ladeada por antigos olmos'. 'O caminho coberto pelas folhas coloridas das acácias'. Lembro-me que nos anos sessenta a Prefeitura de Curitiba afixou placas nas árvores das ruas; na Rua Almirante Barroso, onde morávamos; as árvores eram todas alfeneiros (*Ligustrum Lucidum* Ait – se ainda bem me recordo). A iniciativa do Município fez-me conhecer as magnólias da Inácio Lustosa, as tipuanas da Ébano Pereira, os cinamomos e os plátanos do Passeio Público e muitas outras. Certamente minha curiosidade aumentou quando meu irmão mais velho desenvolveu interesse pelo assunto; com ele aprendi a conhecer e a identificar muitas espécies. Por isso é comum ver-me a indagar às pessoas o nome das plantas. Há alguns anos quis saber o nome de uma árvore, bastante comum, de folhas largas e de abundantes flores vermelhas, muito comum no Norte do Estado e facilmente encontrável





em todo o nosso litoral. Surpreendentemente, ninguém sabia dizer o nome daquela espécie; cheguei a consultar algumas publicações, mas não encontrei qualquer referência àquela exemplar. Durante muito tempo indaguei, a quem pudesse, o nome daquela bela árvore, sem obter a resposta desejada. Cansado de ver-me naquele afã, Tio Juca, certa feita, respondeu-me: trata-se de um “Pito-vermelho”, para ver se me livrava daquela busca persistente. Pois bem, disse-lhe:

- Adotarei a sugestão. “Mudarei o disco” - expressão que ele gostava de usar. Só que não será Pito-vermelho e sim Pitujucá.

A estória aumentou um pouquinho. Continuei a perguntar às pessoas o nome da árvore e à negativa, afirmava com convicção: É um Pitujucá. Certa ocasião, estando em Londrina, fiz a pergunta ao Doutor Canezim, que prontamente me respondeu:

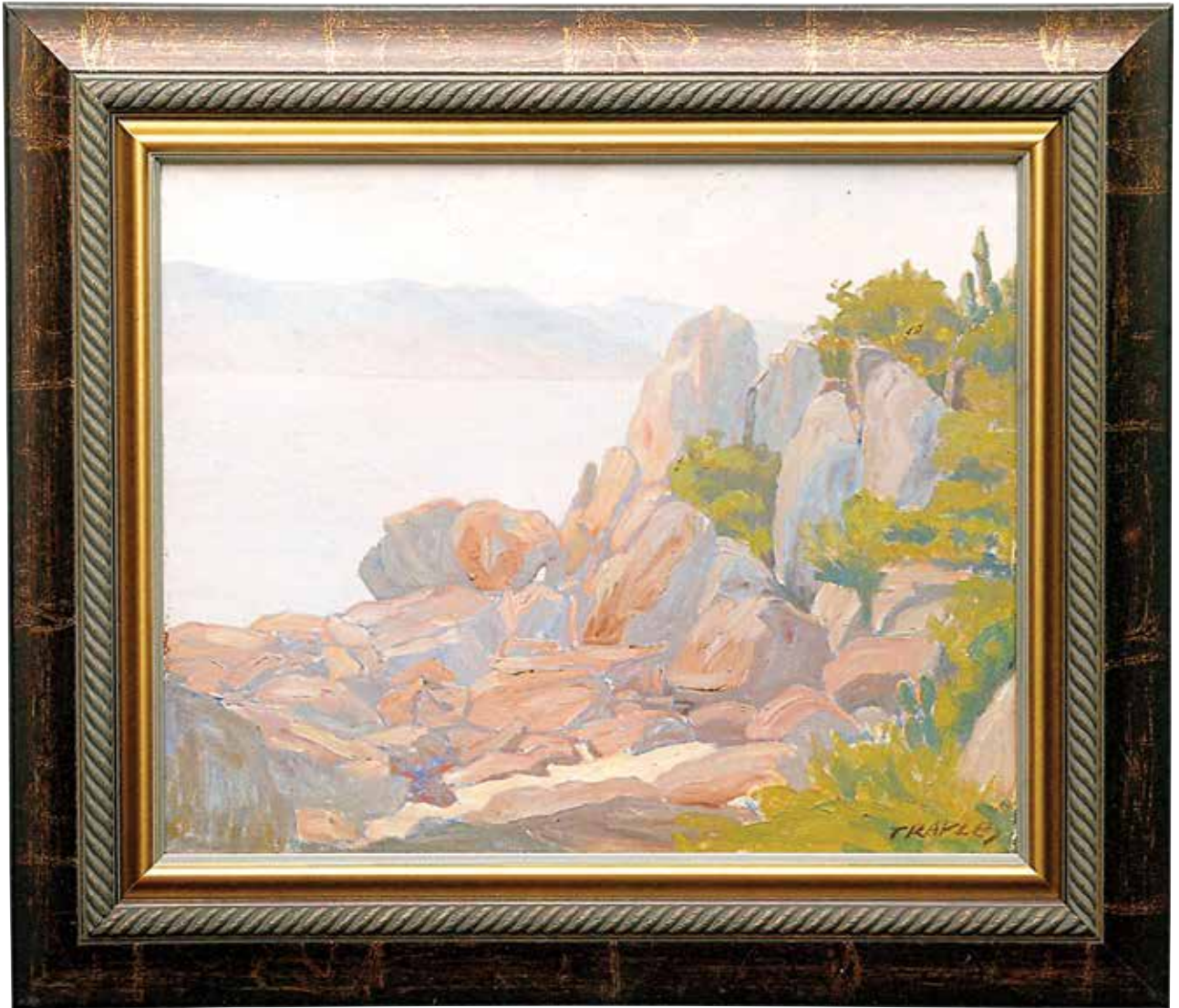
- É uma “espatódia”.

Finalmente... Chegava ao fim a minha busca. Contudo, com a intimidade de quem há muito estava ligado àquela espécie da flora, indaguei ao simpático médico:

- E o Senhor sabe o nome vulgar dessa árvore?
- Não, disse-me ele, saberia me dizer?
- Sim. É conhecida por “Pitujucá”.

*A espatódia é uma árvore de crescimento rápido e efeito muito ornamental. Seu porte é médio, podendo atingir 24 metros. A primeira floração ocorre quando a árvore apresenta apenas 3 a 4 anos. As flores são numerosas, grandes, vermelhas por fora e amareladas por dentro, franjadas de amarelo na margem, muito vistosas. Indicada para espaços que requerem árvores de rápido crescimento, como em locais erodidos, parques e jardins públicos. Não devem ser plantadas em calçadas ou próximas à construções e tubulações, pois suas raízes são muito agressivas.*

Fonte: [www.viveirozimmer.com.br](http://www.viveirozimmer.com.br)



**Estanislau Traple - Marinha II.**



José Pacheco Júnior

# *A saga de um magistrado*

*Ao ensejo da comemoração do centenário de nascimento de meu saudoso pai, José Pacheco Júnior, magistrado paranaense, presto-lhe uma merecida homenagem e, ao mesmo tempo forneço subsídios à história da Amapar e ao Poder Judiciário paranaense. Reúno aqui, neste depoimento, alguns dos principais fatos de sua vida pessoal e profissional.*

*Por José Pacheco Netto*

José Pacheco Júnior, filho de José Thiago da Cunha Pacheco e Lavínia Saldanha Pacheco, nasceu em Curitiba, no dia 21 de abril de 1908. Aos dezessete anos, ficou órfão de pai e junto com seu irmão mais velho, Ílio, trabalhou, desde então, na Rede de Viação São Paulo - Rio Grande, pois ambos passaram a ajudar sua mãe a alimentar, criar e educar os irmãos mais novos, Lavínia, Lívia, Licínia e Ito.

Frequentou o curso primário no Grupo Escolar Xavier da Silva e concluiu o ginásio no Colégio Paranaense. No ano de 1932, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Casou-se com Maria da Glória Pacheco em 27 de julho de 1929 e dessa união nasceram os filhos: José Pacheco Netto, casado em primeiras núpcias com Maria do Carmo da Silva Pacheco (falecida) e, em segundas, com Maria Elizabeth Ferreira Pacheco; Josy Pacheco Langer, casada com Lauro Lídio Langer; Juarez da Cunha Pacheco (falecido); Maria José Pacheco de Assis, casada com Ozir Ramiro de Assis e Jairo José Pacheco casado com Elaine Jamur Pacheco.

Prudentópolis, Santo Antônio da Platina e Morretes

Ainda estudante, acadêmico de Direito, foi nomeado, por decreto de 25.10.1930 para o cargo de Promotor Público na Comarca de Prudentópolis. Pouco tempo depois, removido – Dec. n.º 313 de 04.11.1930 - para a Comarca de Santo Antônio da Platina e, após dois anos – Dec.n.º 1281 de 07.06.1932 - passou a exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público no Termo de



**José Pacheco Júnior.**

Morretes, onde permaneceu por alguns meses.

#### Juiz Municipal em Siqueira Campos

No dia 24 de janeiro de 1933 – Dec. 165 - foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Municipal de Siqueira Campos, assumindo esta função em 12 de fevereiro daquele ano.

É oportuno lembrar que o município passou a ter essa denominação em homenagem ao Tenente Siqueira Campos, herói do movimento tenentista de 1922, conhecido como “Os Dezoito do Forte de Copacabana”. A cidade de Siqueira Campos era a antiga Colônia Mineira, ramal da estrada de ferro do Norte Pioneiro, Termo de Tomazina.

Naqueles tempos, as estradas e o sistema de comunicação eram de tal precariedade que, certa vez, José Pacheco Júnior, substituindo em Tomazina, escreveu uma carta para sua esposa, residente em Siqueira Campos, dizendo que se arranjasse um bom cavalo, iria passar o fim de semana em casa, com ela.

Em dia 5 de outubro de 1937 Siqueira Campos foi elevada à categoria de comarca e meu pai, que ainda era substituto, foi designado para o Termo de Morretes, assumindo esta função em 06 de dezembro e, logo em seguida, aprovado em concurso público para a magistratura, passou a exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de 1ª entrância de Tibagi, pelo Dec. 6.739 de 23.04.1938. Tomou posse em 10 de maio daquele ano.

#### Lembranças de Tibagi

Tibagi era como se dizia, em tom de

brincadeira, ‘o fim do mundo’. A energia elétrica, de propriedade particular, era ligada diariamente nas casas e nas ruas ao mesmo tempo, isto é, às 18 horas e desligada às 6 da manhã.

Os únicos meios de comunicação disponíveis eram o rádio e o telégrafo. Este último, pouco usado, pois qualquer telegrama que chegasse à cidade, o Pedro do Correio, além de informar ao destinatário, comentava seu teor com os circunstâncias e em pouco tempo o assunto ‘caía na boca do povo’.

Certa ocasião, meu tio, um jovem metido a cantor, estando em Curitiba, mandou um telegrama para meu pai informando aos familiares que iria cantar na Rádio Clube Paranaense, a PRB2, num programa de calouros, às 14 horas do domingo. A notícia logo se espalhou e foi o assunto da semana.

O fornecedor da energia elétrica, para agradar ao juiz, naquele domingo antecipou a ligação da luz precisamente para as 13h30min, aumentando assim a expectativa popular. Chegado o momento, meu tio foi anunciado e não cantou nada, pois iniciou a música fora do tom e foi ‘gongado’. Nesse exato momento, a energia elétrica foi desligada e minha mãe ficou muito aborrecida, ‘morrendo de vergonha’ da decepção causada pelo parente. Meu pai, mais tranquilo e experiente, não se importou muito, consolou-a, dizendo:

*– “Não fui eu o ‘gongado’, nem mesmo pedi para ligarem luz!”.*

Tibagi era uma cidade de bom clima e de gente boa e prestativa. Como acontece nas ci-



**Maria da Glória e seus os filhos José Netto, Josy, Juarez e Maria José.**

dades interioranas, as pessoas contavam muitas histórias, contribuindo, assim, para o folclore local.

Uma delas, dizia respeito a uma moradora com mania de falar difícil que dirigia-se à sua filha, assim:

- 'Maria, traga o objeto cortante para podar o sobejo do astro luminoso'.

Isto queria dizer: 'Maria, traga a tesoura para cortar o pavio da vela'.

Tenho na lembrança muitas histórias daquela cidade. São tantas que daria para escrever um livro com casos e 'causos', todos curiosos e interessantes.

Como não existia padaria na cidade, as donas de casa faziam pão, e seus filhos, com uma cesta na mão, vendiam o produto aos vizinhos, de porta em porta.

Embora morássemos em Tibagi, todos os

meus irmãos nasceram na Capital do Estado. Um mês antes de dar à luz minha mãe deixava cidade e se preparava para o parto em Curitiba.

Minha irmã Maria José, a Zeca, nasceu em 13 de maio e meu pai só foi conhecê-la quando ela já tinha um mês e meio de idade, pois as férias forenses se iniciavam no dia 1º de julho.

Na época das chuvas as estradas ficavam intransitáveis e também quando ocorriam as famosas enchentes dos rios Tibagi e Iapó. A população, sem as balsas, único meio de transpor os rios, já que não existiam pontes, sofria muito com o isolamento e a falta de comunicação. Certa ocasião, a situação se agravou pelo tempo decorrido, ficou tão grave que foram lançados de um avião pacotes com alimentos.

O transporte de passageiros entre Ponta Grossa e Tibagi era feito por um caminhão, chamado de 'jardineira', por aproximadamente 90 quilômetros. Na parte da frente, junto à cabine do motorista, podiam sentar-se até oito pessoas e, na carroceria, em tábuas transversais cobertas por uma lona, viajavam os demais passageiros. A jardineira partia em dias previamente determinados e ficava à espera dos passageiros, no ponto de saída, em Ponta Grossa, em frente ao Hotel Bukowski. A estrada de terra batida formava dois carreiros paralelos, com capim barba de bode no centro. O percurso durava cinco a seis horas. Toda correspondência da cidade, via Correio, era transportada por esse meio.

Foi um tempo com muita dificuldade para

os moradores daquela região.

Meu pai, durante oito anos, pleiteou uma remoção ou promoção para outra comarca e nem sequer entrava em listas. Enquanto morou ali, presidiu o Clube Tibagiano, reformado durante a sua gestão, fundou a Associação Tibagiana dos Escoteiros, com a intenção de dar uma ocupação sadia e proporcionar lazer aos adolescentes, que nada tinham para fazer após a conclusão do grupo escolar.

Quando terminei o curso primário, fui encaminhado para o internato do Colégio Paranaense para cursar o ginásio. Minha irmã Josy já frequentava o internato do Colégio São José, em Castro. Meu irmão Juarez, completaria 11 anos e também teria que ser encaminhado para o colégio. Com tal perspectiva meu pai entrou em desespero, não era rico e, com os vencimentos de juiz, cerca de 500 mil réis, não poderia arcar com tantas despesas, mas precisava proporcionar um bom ensino, educar seus filhos.

Era o ano de 1946, finda a guerra veio a re-democratização do País. Haveria eleições e meu pai fazia a qualificação eleitoral nos municípios de sua comarca, Mauá, Lagoa e Harmonia, onde estava sendo construída a Fábrica Klabin. Num encontro com engenheiros e diretores da fábrica, em Monte Alegre, perguntaram-lhe se não gostaria de entrar para a política, candidatar-se a deputado estadual. Dadas as suas dificuldades financeiras, sensibilizou-se com o convite e pediu um tempo para pensar. A notícia, entretanto, espalhou-se. Guataçara Borba Carneiro, candidato natural ao cargo pelo PSD, veio falar com ele, obtemperando que se ambos fossem candidatos,

Itamaracá, 25 de julho de 1933

Maria

Ahí vai uma lembrança para o aniversário do Netinho que arranji aqui.

Compri hoje a noite e amanhã quero ver se alcanço o Correio para mandar, pois fechem a mala às oito horas e naturalmente terá que ir antes.

Ahí vai uma carta do Ito, que recebi aqui.

Com Maria, de muitos abraços e beijos no nosso filhinho por mim, pois que desta vez não posso fazê-lo pessoalmente, e de também na Josy, e beija-te muito com toda força o

José

Lembranças a Maria e a Livia sahi!

nenhum deles seria eleito. Meu pai informou-me que não era seu propósito se candidatar, entrar para a política, mas precisava resolver sua situação econômica e funcional, não passava por sua cabeça abandonar a magistratura, mas precisava de melhores condições para atender a família e encaminhar os filhos para estudar em um centro maior.

Desde 1937, as 23 comarcas do Paraná estavam divididas em três entrâncias, mais a Capital, considerada entrância especial. Os magistrados compunham o quadro funcional da magistratura e manifestavam sua pretensão para remoção ou promoção ao Tribunal. Os desembargadores, em sessão secreta, votavam uma lista tríplice, encaminhada ao governador do Estado para nomear um deles, alternando merecimento e antiguidade. A fim de se adaptar às disposições da Constituição Federal, foi promulgada a Constituição Estadual de 1947 e aprovada a nova Lei de Organização Judiciária. Agora eram 33 comarcas no Estado, divididas em quatro entrâncias, mais a Capital, entrância especial.

Todo este processo modernizatório, acabou por prejudicar os juízes anteriores à chamada 'lei da entrância', como era o caso do meu pai. Passaram a integrar um quadro à parte, relegados ao esquecimento, sequer compunham as listas. Alguns deles acabaram promovidos em virtude de sua lotação, acompanhando a categoria (entrância) da comarca.

A lista de antiguidade deixou de ser respeitada. Aqueles que se consideraram prejudicados impetraram um mandado de segurança e

ganharam no Tribunal de Justiça do Estado, e o recurso ao Supremo Tribunal Federal não foi acolhido. Todavia, o despacho agravado foi recebido pelo Supremo Tribunal Federal, que avocou o recurso para apreciação. Esse recurso estava no STF já há algum tempo.

Então, Guataçara Borba Carneiro conversou com o Major Fernando Flores e com o Deputado Constituinte Aramis Athaíde, organizadores do Partido Social Democrático local, relatando a situação particular do juiz de Tibagi, que pretendia remoção para uma cidade onde houvesse ginásio e, caso não conseguisse, poderia se candidatar a deputado, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, atrapalhando os seus planos. Ao examinarem toda a questão, constataram que a situação do Judiciário paranaense era preocupante e que o Dr. Augusto Guimarães Cortes, juiz de direito da Comarca de Rio Negro, era o magistrado mais antigo daquele quadro discriminado, anterior à 'lei de entrância'.

O Major Fernando Flores e o Deputado Aramis Athaíde no Rio de Janeiro conversaram com o presidente do Senado Federal Nereu Ramos, do Partido Social Democrático nacional, e catarinense de origem, pedindo sua intercessão para apressar o julgamento do recurso dos juízes do Paraná, cujo relator era seu conterrâneo, Ministro Antônio Galloti. Resumindo: o recurso foi julgado e confirmada a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná. Assim, o Dr. Augusto Guimarães Cortes, promovido de Rio Negro para Curitiba ficou em disponibilidade por falta de vaga.



### A remoção para Rio Negro

Daí meu pai foi promovido para Rio Negro e, após sua morte, o fórum recebeu seu nome. Rio Negro lembrava muito a situação descrita por Mário Quintana num de seus poemas:

*Era um lugar em que Deus ainda  
acreditava na gente...  
Verdade que se ia a missa só para namorar  
Mas tão inocentemente,  
Que não passava de um jeito diferente  
de rezar.*

Em Rio Negro a família se reuniu. Os filhos passaram a cursar o ginásio naquela cidade. Meu irmão Juarez, iniciou o curso ginásial. Em 1950, nasceu o Jairo, o mais novo. Minha irmã Josy deixou o internato em Castro e mais tarde veio a se casar com o Lauro Langer, industrial de Mafra (SC) e

lá reside até os dias de hoje, com seus filhos e netos.

Meu pai gostou muito daquela cidade e do ambiente do fórum, mas implicou com o pára-raios no alto do prédio. Determinou a um dos operários, que fazia pequenos reparos no edifício, que subisse no telhado e endireitasse o tal pára-raios que parecia bem torto.

Para surpresa de todos, após descer do telhado, o pedreiro informou que não existia nenhum pára-raios, era uma escultura que adornava o edifício: uma caneta dentro de um tinteiro, e, por essa razão, só poderia ficar inclinada.

Reporto-me agora a outro fato interessante que aconteceu naquela cidade, onde está sediado o Batalhão Ferroviário do Exército. Certo dia, um jipe da Corporação envolveu-se num acidente com o carro de um industrial



rio-negrense, o Sr. Celso Antônio Henning, mais tarde prefeito da cidade. Acontecido o acidente, um tenente e outros soldados que estavam na viatura militar, prenderam o industrial, levando-o para o quartel, juntamente com seu automóvel, que fora avariado. O advogado Dr. Joel Mira Sabóia, procurado por familiares, impetrou um habeas corpus em nome do cidadão. O juiz recebeu o pedido e solicitou informações ao comando do Batalhão Ferroviário. O Oficial de Justiça não foi recebido, pois, segundo alegaram, o comandante se encontrava em Curitiba. Passo seguinte, o habeas corpus foi concedido e o Sr. Celso Antônio Henning liberado, bem como seu carro e, para surpresa, já consertado. A resposta em Juízo foi de que o referido não estava detido e que poderia ter saído quando bem quisesse do quartel e que seu carro havia sido até consertado.

Passados alguns meses, novas violências aconteceram.

Havia um clube de futebol, o Rio-negrense, presidido pelo mesmo advogado, Dr. Joel Mira Sabóia, com um estádio próximo ao quartel, com arquibancadas, vestiários, bares, campo de jogo e uma pequena sede social.

O Exército, com o consentimento da diretoria do Clube, usava o campo para os exercícios físicos dos soldados. O Batalhão, em retribuição ao empréstimo, fazia a limpeza e tratava da manutenção do gramado. A vida corria em harmonia, até que o comando do Batalhão passou a impedir a utilização do campo pelos seus legítimos proprietários, proibindo a

entrada dos jogadores e a realização de jogos aos domingos, bem como o treinamento dos atletas, colocando vigias na entrada e corrente com cadeado nos portões, impedindo o acesso dos associados.

O Dr. Joel Mira Sabóia ingressou com um pedido de reintegração de posse. O Juiz José Pacheco Júnior concedeu a liminar. O Comandante não tomou conhecimento do referido despacho, e ainda destruiu todas as edificações existentes, restando apenas a área vazia do terreno. Na semana seguinte, o Comandante viajou para Curitiba, onde conseguiu a desapropriação da área e, em menos de dez dias, chegou a Rio Negro uma carta precatória que determinava a desapropriação da área em favor da União, com a recomendação verbal ao Juízo para ‘não criar caso’.

Meu pai e o advogado do Clube sentiram-se desmoralizados, pois não tinham a quem recorrer ou pedir ajuda. Quanto ao comandante, por ocasião da Revolução de 1964 passou a ser um dos generais mais importantes e atuantes daquele processo.

Fora isso, Rio Negro continuava sendo um oásis de tranquilidade.

#### A promoção para Curitiba

Por decreto governamental, meu pai foi promovido por antiguidade para a 4ª Vara Criminal de Curitiba, assumindo o cargo em 09 de junho de 1953. No ano seguinte foi removido para a Vara de Família, Casamentos e Registros Públicos.

## A Amapar

Em Curitiba, vários juízes se reuniam, alguns do Interior, promotores e advogados para conversar, tomar um cafezinho no famoso e concorrido “Café Alvoradinha”. Como se dizia *‘faziam ponto’* em frente à “Casa de Calçados Humberto”, estabelecimento vizinho, na Travessa Oliveira Belo.

Nesses encontros discutiam sobre tudo, as notícias diárias e, inclusive, a criação de uma associação de juízes, uma congregação de magistrados. A idéia era antiga e prosperou em virtude dos fatos que ocorreram nessa época.

Os magistrados, além de terem seus vencimentos defasados, julgavam-se desprestigiados, pois vigorava um sistema de correições parciais nas sentenças, a pretexto de corrigi-las. Quando a parte se sentisse prejudicada, ao invés de apelar da sentença ao Tribunal de Justiça, entrava com um pedido de correção parcial contra a decisão do juiz, muitas das vezes provido.

Em Londrina, um advogado ingressou com tal recurso, pedido de correção parcial, contra sentença desfavorável ao seu cliente. Apesar de não obter êxito no pedido, passou a ameaçar publicamente o juiz dizendo, nos corredores do fórum, que iria dar uma surra de “rabo de tatu” no magistrado, além de fazê-lo ‘engolir’ a sentença. Tal ameaça quase se concretizou. No fim da tarde do dia 14 de julho de 1957, numa rua arborizada e sombreada da cidade, o advogado seguiu o juiz, ameaçando cumprir o prometido, dar-lhe a surra e fazê-lo engolir a sentença. O juiz, prevenido, desferiu um tiro à queima-roupa no advogado, matando

seu agressor. O fato inédito teve repercussão nacional, o juiz respondeu a um processo, foi absolvido, por unanimidade, pela excludente de legítima defesa, pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná.

Tal acontecimento foi o estopim para a criação da Associação dos Juízes do Paraná, fato que ocorreu dia 11 de agosto de 1957, menos de um mês após aquele trágico acontecimento.

As primeiras reuniões para determinar as providências relativas à instalação da Associação dos Juízes do Paraná foram realizadas no Edifício Demeterco, na Praça Tiradentes, onde se localizavam as Varas Cíveis da Capital. Naquelas dependências, ficaram estabelecidos a fundação, objetivos e estatutos, conforme noticiou o jornal Gazeta do Povo daquela data. Assinaram a ata de fundação da Associação dos Juízes do Paraná, os seguintes magistrados:

*José Pacheco Júnior; Raimundo Julião Botão França; Heliantho Guimarães Camargo; Ernani de Almeida Abreu; Aurélio Feijó; Alceste Ribas de Macedo; Isidoro João Brzezinski; Silvio Romero Stadler de Souza; Lauro Lima Lopes; Francisco de Paula Xavier Filho; Artur Heráclio Gomes Filho; Urias Gordiano de Castro; Ilian de Castro Vellozo; Miguel Thomaz Pessoa; Percival Loyola; Sinval Reis; Sidhartha Casagrande; Luiz Albuquerque Maranhão; Joaquim Ferreira Guimarães; Alberto de Carvalho Seixas; James Pinto de Azevedo Portugal; José Carlos Ribeiro Ribas; Jairo Campos; Ariel Ferreira do Amaral e Silva; Theobaldo Ciocci Navolar; Vátel Gonçalves Pereira; Julio Ribeiro de Campos; Eurico Pereira de Macedo; Victorio Elcely Cleve Franklin; Marçal Justen; Basílio do Rego*

# Fundada a Associação dos Juizes d

**Finalidade da entidade representativa da classe – Velha aspiração dos magistrados – Sócios fundadores – A nova diretoria – Fala à “GAZETA DO POVO” o Dr. José Pacheco Jr.**



O JUIZ JOSÉ PACHECO JUNIOR, QUANDO FALAVA A REPORTAGEM.

Como velha aspiração dos magistrados de primeira entrância, foi fundada dia 11 do corrente, nesta Capital, a Associação dos Juizes de Direito do Paraná, entidade representativa, que visa defender os interesses da ilustre classe. Em torno do assunto, nossa reportagem procurou ouvir, ontem, a palavra do juiz José Pacheco Júnior, elemento responsável pela Associação e atual Presidente interino, até que tome posse a nova Diretoria recém-eleita para dirigir os destinos da entidade.

## VELHA ASPIRAÇÃO DA CLASSE

Disse-nos aquele magistrado, inicialmente:

— A Associação recém-fundada pelos juizes de direito de primeira entrância tem a finalidade de congregar todos os membros da classe, isto não só para defender os seus interesses e direitos, como visa manter o intercâmbio entre magistrados, no setor profissional, intelectual, social, cultural e recreativo.

A fundação dessa entidade é velha aspiração de juizes de todo o Estado, porisso, a iniciativa que agora teve a sua concretização, mereceu de todos, apoio integral.

## COMBATE AO ISOLACIONISMO

— «A Associação aproximará os juizes de todo o Estado. Assim, cada vez que um magistrado do interior vier gozar suas férias, ou em missão profissional, à Curitiba, terá logo contacto com elementos da entidade, que os atenderá dentro do âmbito de suas finalidades. É necessário que os juizes se conheçam mais intimamente, e somente através de uma associação, será possível isso».

## SÓCIOS FUNDADORES

Adiantou-nos o juiz José Pacheco Junior,

que foram sócios fundadores da Associação, os seguintes magistrados: Raimundo Julião Franca, Heliantho Guimarães Camargo, Ernani Almeida de Abreu, Aurélio Feijó, Alceste Ribas de Macedo, Izidoro Brezinski, Sívio Romero de Souza, Lauro Lima Lopes, Francisco de Paula Xavier Filho, Aryur Hercílio Gomes Filho, Urias Gordiano de Castro, Ilan Moraes de Castro Veloso, Miguel Thomaz Pessoa, Percival Loyola, Sinval Reis, Sidhartha Casagrande, Luiz Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Guimarães, Alberto de Carvalho Seixas, James Pinto de Azevedo Portugal, José Carlos Ribeiro Ribas, Jairo Campos, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Teobaldo Ciocci Navolar, Vatel Gonçalves Pereira, José Pacheco Junior, Julio Ribeiro de Campos, Eurico Ferreira de Macedo, Vitorio Elcely Cleve Franklin, Marçal Justen, Basílio do Rego Monteiro Campelo e Zeferino M. Krukoski.

## PRIMEIRA DIRETORIA

Esclareceu-nos, mais o nosso entrevistado que a primeira diretoria da Associação dos Juizes de Direito do Paraná ficou assim constituída: Presidente: Alceste Ribas de Macedo; Vice-Presidente: José Pacheco Junior, 1º Secretário: Raimundo Julião França; 2º Secretário: Aldo Fernandes; 1º Tesoureiro: Artur Hercílio Gomes Filho; 2º Tesoureiro: Sinval Reis; 1º Orador: Ernani Almeida de Abreu; 2º Orador: José Carlos Ribeiro Ribas; Bibliotecário: Luiz Albuquerque Maranhão Junior. Conselho Fiscal: Juizes Ariel Ferreira do Amaral e Silva e Aurélio Feijó. Suplentes: Theobaldo Ciocci Navolar, Marino Bueno Brandão Braga e Abrão Atém.



*Monteiro Campelo e Zeferino Mozzato Krukoski* que escolheram Alceste Ribas de Macedo para presidente, e meu pai, José Pacheco Júnior, para vice-presidente. Certa animosidade surgiu naquela ocasião na magistratura paranaense. Alguns desembargadores não desejavam se filiar à nova entidade que, de certa forma, os discriminava. Argumentavam que não pretendiam se sindicalizar, mas aos poucos foram se integrando, até que em 1962, quando os juízes de direito Alceste Ribas de Macedo e José Pacheco Júnior foram promovidos ao cargo de desembargador, a entidade se transformou em Associação dos Magistrados do Paraná e a paz passou a reinar.

#### 2ª Instância

Pelo Dec.n.º 19.743, de 27.10.1958, meu pai foi removido, por antiguidade, da 4ª Vara de Substituição da Capital para a 1ª Vara de Substituição ao Tribunal de Justiça, tomando posse no dia 30 de outubro daquele ano. Nessa função substituiu os desembargadores Fabrício de Melo, Aluízio Garcia da Costa Barros, Francisco da Cunha Pereira, Joaquim Ferreira Guimarães, Francisco de Paula Xavier Filho, Edison Nobre de Lacerda, Eduardo Xavier da Veiga, Segismundo Gradowski e Manoel Lacerda Pinto. Em sessão da 1ª Câmara Cível, realizada em 14 de Abril de 1959, foi unanimemente aprovado um voto de louvor ao juiz José Pacheco Júnior, por ter demonstrado grande capacidade de trabalho e competência, ao julgar na qualidade de relator ou revisor, todos os feitos que lhe foram conclusos, sem exceção de um só (Prot. 2368/59), em substituição ao Des.

Fabrício de Melo.

Pelo Dec. 5.609 de 26 de dezembro de 1961, José Pacheco Júnior foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e tomou posse em 12 de janeiro de 1962.

Ao assumir recebeu um processo que se arrastava no Tribunal há muitos anos contra um ex-governador e o esperado julgamento poderia contrariar interesses políticos e trazer embaraço aos mandatários do Estado. Examinando os autos, meu pai observou que o cidadão, rico industrial, era acusado de receber indevidamente, em sua conta bancária, depósito de um seu auxiliar, dinheiro este que deveria ter sido depositado na conta do Governo Estado. Ao notar o equívoco, determinou a retirada dos valores de sua conta pessoal para imediatamente efetuar o depósito na conta do Estado. O processo corria porque não foram depositados os juros. Uma bagatela! Esclarecido o equívoco, justificado judicialmente, o ex-governador foi absolvido e o processo arquivado. A decisão, considerada corajosa e justa, foi respeitada.

A partir de 06 de março de 1964, o Des. José Pacheco Júnior passou a integrar o Conselho Superior da Magistratura e, em 1970, foi eleito Vice-Presidente, na chapa encabeçada pelo Des. Alceste Ribas de Macedo para gerir os destinos do Tribunal de Justiça no biênio 1969/70, e reeleito na gestão seguinte, 1972/1973.

#### Aposentadoria – Ato Institucional Nº5

José Pacheco Júnior era o mais antigo magis-

trado de carreira do Paraná, quando foi atingido pelo Ato Institucional N.º 5, no dia 30 de maio de 1973, aposentando-o compulsoriamente. Este ato, que o alijou abruptamente do seu cargo e da magistratura paranaense, colheu-o de surpresa e, sem atinar o motivo, não resistiu ao violento impacto, e faleceu, prematuramente, em 28 de novembro de 1975, aos 67 anos.

Na 20ª Sessão Ordinária do Órgão Especial, realizada em 07 de novembro de 1980, sob a presidência do Des. Armando Jorge de Oliveira Carneiro, tornou-se pública a proposta do Des. Abrahão Miguel, que no uso da palavra disse o seguinte:

*“De todas as punições que a magistratura nacional sofreu, com aplicação do Ato Institucional, talvez a mais injusta e sem propósito, além de ignóbil, foi a perpetrada contra a pessoa do eminente magistrado José Pacheco Junior, juiz da mais alta qualificação e que poupo-me de fazer maiores considerações a respeito. Com a reversão da aposentadoria do eminente desembargador Alceste Ribas de Macedo e dos demais juízes punidos em nome da revolução, foi olvidada a situação do preclaro e saudoso colega José Pacheco Junior e, por isso, nesta oportunidade proponho que o Tribunal de Justiça, através deste Órgão Especial, de ofício o reabilite fazendo constar este ato em seus assentamentos. Com isso, penso que fazemos um desagravo a tão ilustre personalidade do meio jurídico paranaense, além de prestarmos uma homenagem póstuma que reputo das mais justas e que estava exigindo uma providência”.*

Em seguida, o desembargador Luís Renato Pedroso, em seu nome e como presidente da Associação dos Magistrados do Paraná e o Dr. Henrique Lenz César, representante do

Ministério Público, apoiaram integralmente a proposição, considerando-a das mais justas, sendo acompanhada por unanimidade pelos membros do Órgão Especial.

Logo após, o Des. Jayme Munhoz Gonçalves sugeriu que uma homenagem fosse prestada àquele saudoso magistrado, com a observância de um minuto de silêncio, por ocasião da sessão do Tribunal Pleno que seria realizada logo mais, às 16 horas.

Ao relatar estes fatos, tive o cuidado de omitir alguns nomes para não causar dissabores.

Felizmente, o destino permitiu que eu, já bem próximo dos 80 anos, tenha vivido o suficiente para comemorar os 100 anos de nascimento de meu saudoso pai, homem probo, esposo amoroso e pai preocupado.

A comemoração desse centenário teve início na celebração de missa solene, no dia 21 de abril deste ano, na Igreja Senhor Bom Jesus, assistida por familiares e amigos próximos.

Ao longo de sua produtiva carreira na magistratura, meu pai, José Pacheco Júnior, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, fundador da Amapar, apesar das dificuldades que encontrou durante a sua caminhada profissional, exerceu sua missão de julgar com admirável zelo, responsabilidade, integridade e honradez. Ao relatar aos mais jovens, ainda que sinteticamente, fatos de sua vida pessoal e profissional, presto-lhe a minha homenagem póstuma.

Finalmente, trazendo à lembrança os versos de I-Juca Pirama, do inesquecível poeta Gonçalves Dias, também digo:

*“E à noite nas tabas se alguém duvidava  
Do que ele contava,  
Tornava prudente: “Meninos, eu vi!”*

## José Pacheco Netto

Nasceu em 1930 em Curitiba. Bacharelou-se na Turma do Centenário, 1954, na UFPR. Entre 1955 e 1957, exerceu o cargo de promotor de Justiça nas comarcas de Reserva e Campo Largo. Em 1958 passou a advogar. No magistério, lecionou Direito Civil na Faculdade de Direito de Curitiba de 1970 a 1973.

Em 1963 organizou e dirigiu a Assessoria de Recursos do Tribunal de Justiça, departamento criado pelo então presidente, Des. Antônio Franco Ferreira da Costa e, nessa função, fez-se presente nas onze gestões seguintes até 1984. Nos anos de 1985/86 dirigiu o Departamento Judiciário e, em 1987/88, o Departamento Administrativo. Durante vinte e seis anos atuou nos cargos diretivos mais relevantes do judiciário paranaense, prestigiado por catorze presidentes do TJPR, onde teve reconhecida sua capacidade profissional e operosidade entre os funcionários e os magistrados do Paraná. Aposentou-se em 1989.

Participou ativamente da diretoria do Clube Atlético Paranaense, desde 1960, sem intenção de se tornar presidente. Mas, os boatos de que seria o novo comandante se alastraram rapidamente na imprensa e José Pacheco Netto aceitou o desafio. Sua maior preocupação foi arrecadar fundos para saldar as dívidas do clube. O plantel estava com salários atrasados e as contas de água não eram pagas há muito tempo. Realizou empréstimos bancários, vendeu os jogadores Valdomiro, Renatinho, Marco Aurélio e Pedrinho para o Flamengo e honrou todos os compromissos financeiros.



Planejava construir a nova Baixada. Face à forte inflação, o dinheiro disponível foi usado na recuperação do ginásio de esportes, na construção de uma sede própria e da primeira sauna do Paraná, tornando-se a iniciativa um grande sucesso. É decano do Tribunal de Justiça Desportiva, onde se faz presente desde 1967.

Em 1963, no campeonato estadual o clube terminou em 4º lugar e em 1964, em 3º. Preocupou-se em aumentar o quadro associativo, arrecadando fundos para a construção da Baixada, curiosamente o clube faz isto, ainda hoje. No final de 63 havia 3.700 sócios. Agraciado com o título de Benemérito Rubronegro, tem recebido significativas homenagens no meio desportivo nacional.

Em 1963, o então presidente atleticano José Pacheco Netto decidiu implantar no ginásio o conceito de multifuncionalidade. No dia 15 de novembro, o espaço foi reinaugurado, depois de passar por uma série de reformas. Além da implantação de um departamento de fisioterapia, que durante muito tempo foi referência no Paraná, o local dispunha também de um Instituto Hidroterápico, com saunas, duchas e salas de massagens. Para garantir o conforto de todos, foram construídas salas de jogos, bar, um restaurante e a principal sensação da época: o gelorama. Para inaugurar a pista de gelo foi convidada a famosa patinadora inglesa Pamela Ash Worth. Fonte: Revista Cartola (1963) - [www.furacao.com](http://www.furacao.com).



**Estanislau Traple - Marinha I.**





# PINTORES

*Toga e literatura*

# ZANONI DE QUADROS GONÇALVES



Nasceu em Curitiba em 1928, bacharelou-se em Direito pela UFPR, na turma de 1954. Exerceu o cargo de promotor público interino nas comarcas de Reserva, Cerro Azul, Malet e Irati. Após concurso público em 1957, ingressou na magistratura paranaense, julgando nas comarcas de Reserva, Malet, Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Londrina e chegou a Curitiba em 1969. Em 1971 assumiu a 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas e a direção do fórum da Capital. Como juiz substituto de 2ª Instância atuou nos tribunais de Alçada e de Justiça e foi juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Alçada. Aposentou-se, a pedido, em 1981. Convidado pelo então presidente, Des. Tadeu Marino Loyola Costa, assumiu o cargo de Diretor-Secretário do Tribunal de Justiça, por um curto período. No magistério foi professor de Processo Civil na Faculdade de Direito de Curitiba. Publicou artigos jurídicos no jornal Gazeta do Povo, Novos Rumos e na revista da Ajuris. Sempre presente na vida associativa, colaborou com as diretorias da Amapar, nas gestões de 1977 e de 1979, no Departamento Cultural, em 1980, no Conselho Fiscal, em 1992 retornou ao Departamento Cultural e em 1994, integrou o Departamento da Revista e Biblioteca. Artista plástico reconhecido, aluno de Desenho e Pintura, em cursos ministrados por Guido Viaro, participou da Exposição Prata da Casa, por ocasião do IX Congresso Brasileiro da Magistratura, ocorrido em 1982.

Deixou a marca de um magistrado operoso e estudioso, dedicado à causa da Justiça.





“A pintura sempre me acompanhou, desde a juventude. Companheira inseparável nos momentos de inspiração e de paz nas minhas atividades no mundo jurídico. Juntamente com os meus estudos e aprimoramento na área da Justiça, a arte de pintar me completava ao longo da vida. Aprecio e amo a pintura a óleo, aquarela, creiom e nanquim e já produzi com tais técnicas, inúmeras obras das quais sinto muito orgulho até mesmo (abusando da modéstia), pelos elogios que recebo. Emprestando as palavras de J. De S’Agaró eu, igualmente, recomendo que você “transforme su reposo en una actividad; en un juego absorbente que sea um descanso de sus actividades cotidianas, que le entretenga y liene de dicha, que estimule su cultura y desarrolle, al mismo tiempo, su habilidad, sus facultades perceptivas y expressivas y la sensibilidad.”

Agradeço à ilustre senhora Chloris Elaine Justen de Oliveira, pelo convite para participar de nossa querida revista literária ‘Toga e Literatura’, desejando-lhe feliz sucesso na publicação.”

**Zanon**



# ANNA MARIA FONTANA DA ROCHA



## ANNA

(Anna Maria da Rocha)

Pinerolo, Itália,  
06/03/1942

Pintora. Assina ANNA. Cursou pintura e escultura na Escola de Música e Belas-Artes do Paraná, tendo como mestres Guido Viaro, Estanislau Traple, Osvaldo Lopes, Fernando Cordeiro, Erbo Stensel, Theodoro De Bona, Barontini, Bianco e Freisleben. Frequentou o ateliê de Luís Carlos de Andrade e Lima e estuda atualmente com a professora Karimi. **COLETIVAS** - Em 1996, Galeria Dalla Vecchia/PR. **PRÊMIOS** - Em 1958, Menção Honrosa no II Salão do Novos do Paraná.

## ÓLEO


- GERIMUN OST - 40 x 50 LEMOS TORRES/PR - 15/10/96 R\$ 120,00 - US\$ 115.60

Nascida na cidade piemontesa de Pinerolo, filha de Ortesia e Lorenzo Fontana. No final da II Guerra, a família se transferiu para o Paraná e, em Curitiba, tornaram-se amigos de Yolanda e Guido Viaro. 'Seu' Guido, professor e artista reconhecido, sugeriu ao amigo que matriculasse a filha Anna de 15



anos, na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, onde encontraria um bom ambiente. A filha, informada sobre a matrícula, passou a frequentar o curso, apesar de nunca haver demonstrado qualquer interesse por desenho ou pintura. Naquela escola, tendo como professores os mais renomados pintores paranaenses, Estanislau Traple, Erbo Stensel, Freisleben, Enrico Bianco, Oswald Lopes, Theodoro De Bona, além do amigo Viaro, descobriu e desenvolveu seu talento de artista plástica. Em seguida, cursou a Pontifícia Universidade Católica, habilitando-se em Desenho e Geometria.

Participou de exposições promovidas pela EMBAP, obtendo Mensão Honrosa no II Salão de Novos e mencionada no Catálogo de Artes Plásticas de Júlio Louzada - N°9. Pertence à Associação Profissional dos Artistas Plásticos e exerceu o cargo de vice-presidente na gestão 2003/04. Participou de cursos nos ateliêrs de Andrade Lima e Karimi Preuss e de todas as exposições individuais e coletivas promovidas pela APAP. Possui obras em Turim, Paris, Nova Iorque e Galeria Oito Artes, na Cidade do Porto (PO).

Casada com o saudoso magistrado Deusdedit Joaquim da Rocha, acompanhou-o na sua judicatura, nas comarcas de Cianorte, Ubatã, Marialva, Assis Chateaubriand e Lapa. Lecionou Desenho nas escolas estaduais nas cidades pelas quais passou. Em algumas obras assina com seu sobrenome de solteira, sendo atualmente reconhecida como Anna Rocha. 





*Toga e literatura*

# JAIR RAMOS BRAGA




**O Governador Moisés Lupion confere premiação ao Aspirante Jair Ramos Braga, em primeiro lugar.**

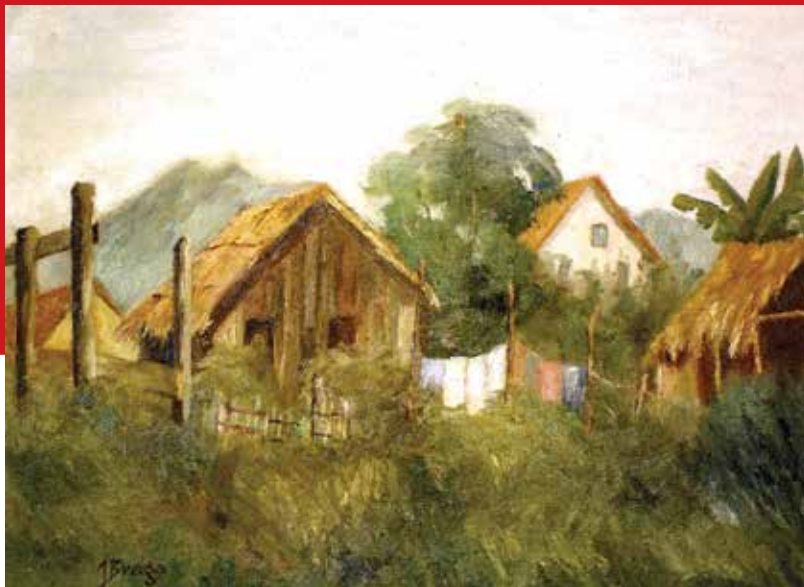


Nasceu em 1933, em Mafra (SC). Iniciou os estudos em sua cidade natal, bacharelando-se no Curso de Direito da Universidade Católica do Paraná. Prestou serviço militar no Segundo Batalhão Ferroviário e, após o licenciamento atuou como desenhista técnico daquela instituição. Ingressou na Escola de Cadetes da Polícia Militar do Estado do Paraná, graduando-se aspirante em primeiro lugar, concluindo com brilho e merecidas promoções a atividade militar, encerrando-a no posto de capitão. Durante o período foi delegado de polícia designado para Ribeirão Claro, Lapa, Santa Mariana, Bandeirantes e Itambaracá, quando se afastou, para ingressar na carreira da magistratura em 1966. Judicou nas comarcas de Joaquim Távora, Nova Fátima, Paraíso do Norte, Cianorte, chegando a Curitiba em 1969. Nomeado para o Tribunal de Alçada, em 1990, foi escolhido seu presidente para o biênio 1997/98. Exerceu os cargos de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, por um período de sete anos, nas gestões de 1981/82, 1983/84, 1985/86, e o de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, na gestão do Des. Mário Lopes do Santos, em 1986/87. No ano de 2000 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, aposentando-se em 2003.

Escolhido membro do Conselho Penitenciário do Paraná em 2004 e, em 2006, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, cargo que atualmente ocupa.

No magistério, lecionou Geografia nos cursos ginasiais de Santa Mariana, Bandeirantes e Cianorte, dirigindo ainda a Escola Técnica de Comércio de Ribeirão Claro.


Jair Ramos Braga, juiz austero e rigoroso, desempenhou suas funções com energia, persistência e segurança. Bom desenhista e pintor, suas telas, pinturas a óleo, expressam delicadeza e beleza de forma e traços. 





# MARIA REGINA CURY



Artista plástica eclética e sensível iniciou os estudos em sua terra natal, Paraíso do Norte. Autodidata, só a partir de 1990, quando retornou a Curitiba, acompanhando seu marido, o Des. Robson Marques Cury, passou a frequentar cursos de Desenho e Pintura e a desenvolver seu talento. Aluna distinguida de Guido Viaro e de renomados mestres, que ministravam cursos no Museu Alfredo Andersen, pintou significativas obras e participou de exposições individuais e coletivas, de salões de artes plásticas em cidades paranaenses e de Santa Catarina, recebendo críticas favoráveis e importantes premiações. 

*“O legado dos pintores norte-americanos da década de 50 tornou-se essencial para as gerações que os sucederam. Frutos maduros da história da modernidade, esses expressionistas abstratos trouxeram para suas telas o embate corporal com a obra, numa relação mais estreita com as transformações radicais que ocorriam no mundo. Desses artistas, M. Regina Cury, traz o aprendizado da pincelada solta, larga. Através deles ela conhece o gesto amplo, construtor e questionador por excelência.*

*A pintura de M. Regina Cury despe-se de sua riqueza cromática. Mas a sobriedade do branco e preto de sua paleta, somada à colagem discreta do papel pardo apenas potencializa o caráter dramático das visões da artista, enfatiza a força das imagens que insistem em se libertas de sua própria invisibilidade.”*

**Cristina Mendes**







## Diante de uma obra de Maria Regina Cury

*Escadas... escadas...*

*Para onde levam?*

*Algumas simplesmente  
encostadas*

*Como alguém que espera.*

*Escada a se diluir*

*no nada*

*revelando desencontros*

*Escadas que levam*

*a lugares ocultos...*

*Penumbra... intimidade...*

*O encontro...*

*Presenças adivinhadas...*

*Um homem... uma mulher...*

*Coisas... objetos...*

*Dramas comuns...*

*A escada... a parede...*

*O trabalho rotineiro...*

*Rotineira 'e a vida a transcorrer  
índiferente...*

*Um homem... uma mulher...*

*Uma escada...*

*Mistério...*

*Tudo...*

*Nada...*

**Ieda de Camargo Coelho (1998)**





# RITA DE CÁSSIA BADUY PIRES



Natural da cidade de Rio Negro, bacharel em Psicologia pela UFPR, licenciada em Artes Plásticas e pós-graduada em Museologia. Desde a mais tenra infância demonstrou habilidades artísticas, ficando evidente este potencial, quando se dedicou aos

objetos em pequena dimensão, às miniaturas. As peças expressam muita delicadeza. São em estilo próprio e original, utilizando materiais diversos, madeira, argila ou papel, denotando técnica decorativa própria, elogiada pelos artesãos e apreciadores da arte.

A reprodução fidedigna de ambientes do comércio curitibano em pequenas proporções gerou uma exposição no Museu Paranaense em 2006 e apreciado catálogo, *Espaços Curitibanos*. A fidelidade do espaço miniaturizado é a homenagem da autora ao comércio da cidade, especialmente aos estabelecimentos que preservam a memória, respeitam o tempo e a tradição. Autora de estudo e análise do trabalho do artista plástico Hélio Leite, *Pequenas Grandezas*, publicado em 2008.

Filha de Maria Baduy Pires e do magistrado Edumar Pires. Seu pai, dono de voz privilegiada, foi radialista de grande talento, faleceu prematuramente aos 59 anos e, é patrono do fórum de Matelândia. Na magistratura paranaense, ingressou em 1961, distinguindo-se por seu humanismo e sabedoria.



Rita de Cássia e seu pai, Edumar Pires.



Casa da Azeitona.



Armazém Sant'ana.

Bar Stuart.



Mercadinho São Jorge Processo.

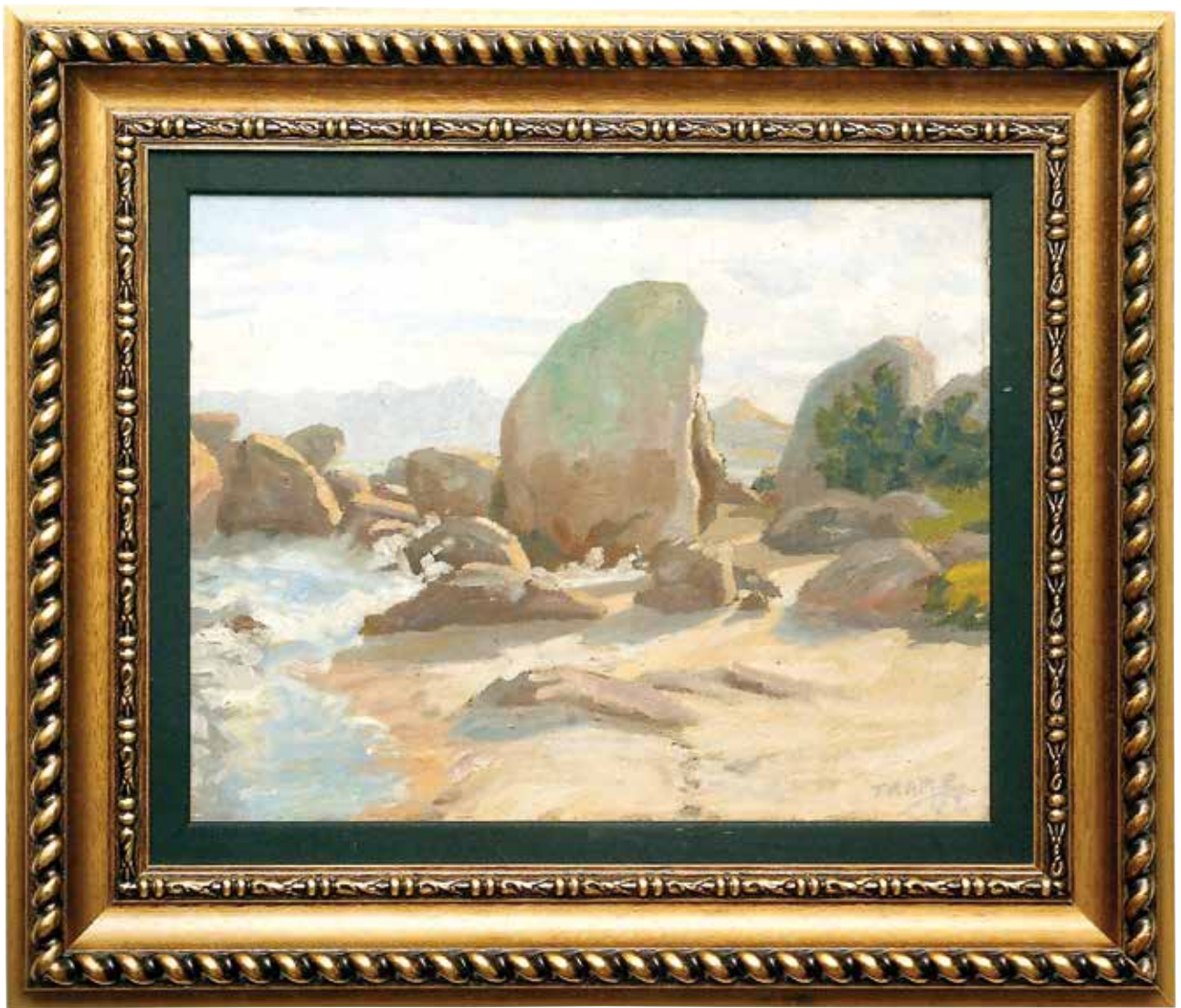


Toga e literatura

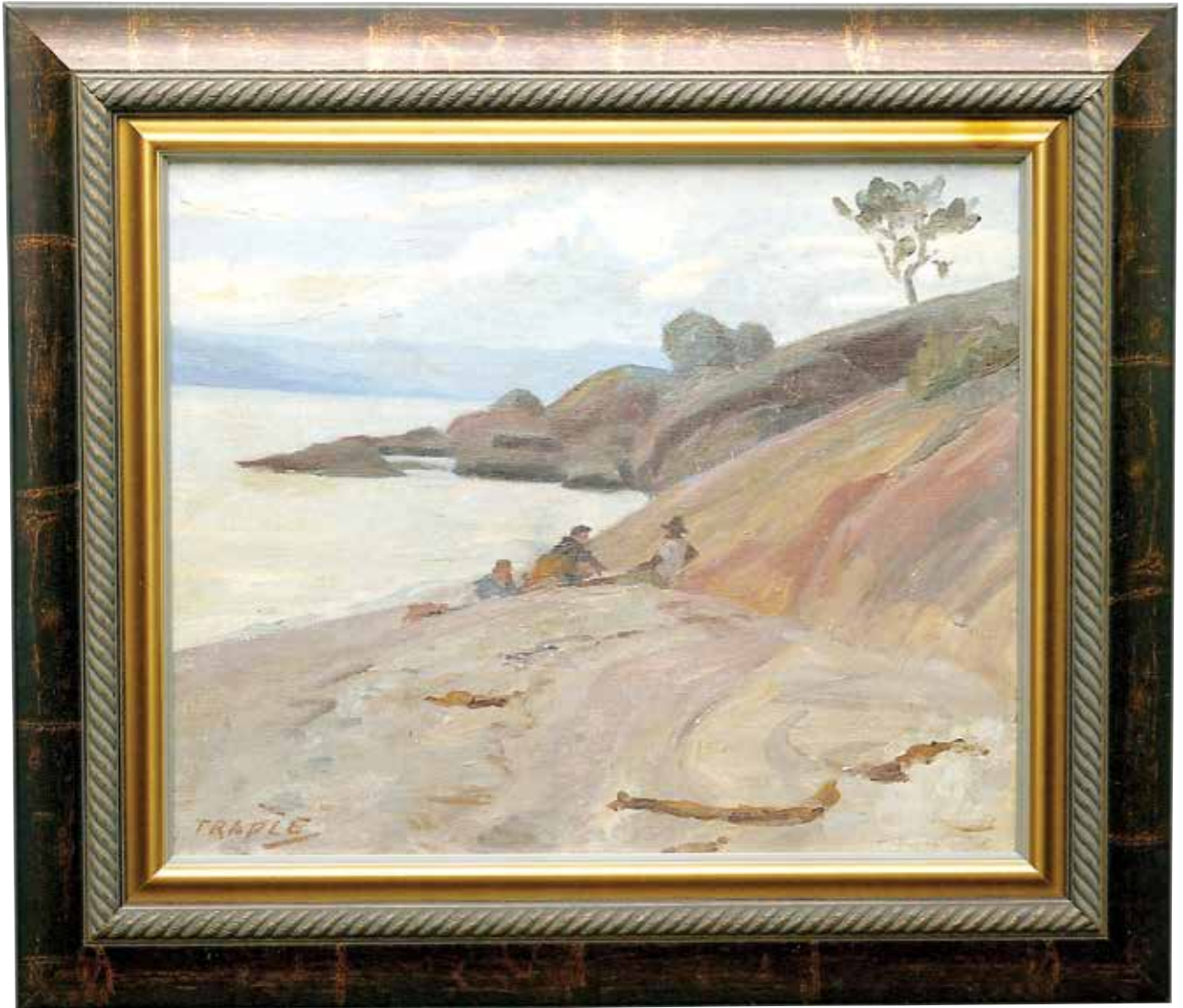


AMERICA  
Bakery

**Padaria  
América.**



**Estanislau Traple - Tarde Marinha.**



**Estanislau Traple - Nostalgia.**





# POEMAS



*Toga e literatura*

# OLIVAR CONEGLIAN



## O Sorriso de Cristal

*O sorriso de cristal  
Desfez-se no vento da ausência  
Ao estilhaços da angústia  
Foram espalhados pelo tempo.*

*O sorriso de cristal  
Quebrou-se contra o destino,  
Bateu em pedras de adeuses  
Partiu-se em lágrimas brancas.*

*O sorriso de cristal  
Chocou-se contra o destino  
Dos abandonos sem data.  
(Mil lágrimas de vidro  
Cobriram o meu destino  
Onde caminho saudade).*

Nasceu em Lençóis Paulista, em 1938, concluiu o curso de direito na Instituição Toledo de Ensino, em Bauru. Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia de Cornélio Procópio e Mestre em Linguística pela PUC do Rio Grande do Sul. Mudou-se para o Paraná em 1978 e, após concurso, ingressou na magistratura, percorrendo as comarcas de Wenceslau Braz, Senges, Medianeira, Umuarama, São José dos Pinhais e Curitiba, aonde chegou em 1991. No magistério, além de professor da Escola da Magistratura do Paraná, lecionou as disciplinas de Processo Civil e Direito Civil, na Faculdade de Direito de Umuarama e de Curitiba, respectivamente. Aposentou-se em 1991, dedicando-se ao Direito Eleitoral, ministrando cursos aos acadêmicos, servidores da Justiça e magistrados sobre a matéria. Professor-visitante, lecionou Direito Eleitoral, na Universidade Nacional de Brasília e realizou palestras e orientação sobre o tema e legislação pertinente nos tribunais regionais eleitorais do Paraná, Santa Catarina, Bahia, Tocantins, Pará e Mato Grosso. Seus artigos estão publicados em revistas e jornais especializados.

Latinista, possuidor de dotes de oratória e liderança, teve relevante participação na vida associativa da magistratura. Na Amapar desempenhou as funções de vice-presidente na Gestão Xavier Neto, 1987/91, diretor social em 1992/93, Gestão Luiz César e, em 1994/95, Gestão Sidney Mora, diretor cultural, quando promoveu 11 seminários da magistratura, sediando estes encontros jurídicos nas Coordenarias Estaduais. ✍

**Autor:** Propaganda Eleitoral, 9ª edição, Ed. Juruá, Curitiba. Lei das Eleições Comentada, 5ª edição, Ed. Juruá, Curitiba. Poemas de Cristal, Ed. Juruá, Curitiba.

**Co-autor:** Direito Eleitoral Contemporâneo, Ed. Del Rey, Belo Horizonte. Abuso nas Eleições, Ed. Quartier Latin, São Paulo.

## POEMAS DE CRISTAL

*Fiz este livro em colheitas  
De tantos sítios da vida,  
Sem curvas de nível ou leiras  
Sementes jogadas a esmo  
Agora que recolhi em 'Poemas de Cristal'  
Pedras que brilham, sólidas,  
Sem uma forma estudada,  
Foi para lembrar de alguém.  
E lembro agora teu nome,  
O nome de tantas coisas,  
E escrevo, que é só o que sei,  
além de guardar comigo  
Os gestos e circunstâncias.  
E fiz para este natal  
Ou qualquer outro natal  
Ou para um dia qualquer que  
seja natal para ti  
E se não for dezembro,  
Que seja natal para nós.  
E o Natal ou este dia  
Seja um de outros por virem  
E seja sempre tão belo  
como a luz da meia-noite  
De tua árvore brilhante,  
onde este livro repouse  
Nomeio daqueles presentes,  
amados, porque surpresa.*



## PRESENÇA

*Numa noite assim, de tristeza,  
Numa multidão, eu assim, solitário,  
Numa desesperança, eu assim, sem consolo,  
Numa solidão assim, sem entusiasmo,  
Numa espera assim, espera do nada,  
Num dançar assim, se músicas suaves,  
Tua presença  
Foi alegria.*

*Meus rastros são a única paisagem  
A me ligar aos chãos por onde andei.  
Não sou ninguém em meu passado morto  
Não fiz história, nem deixei saudades.*

*Os rastros dos meus pés calcinados  
Da areia quente de um viver sem dor,  
Não são as mensagens nem contém caminhos.  
São passos tortos, rastros mortos, fim,  
Que o vento morno e a chuarada fria  
Vão desfazendo do perpetuamente.*

*Meus rastros mortos: única paisagem  
No chão de estradas que corri sem ser.*






# PAULO ROBERTO CORREIA DE OLIVEIRA

Nasceu em 1936, em Curitiba. Bacharelou-se em 1963, pela Faculdade de Direito de Curitiba. Ingressou na magistratura em 1968 e, como juiz substituto, assumiu as sessões judiciárias de Pato Branco, Irati, União da Vitória e Umuarama. Após aprovação em concurso para juiz de direito, julgou nas comarcas de Ubitatã, Rebouças, Pato Branco, Guarapuava, Araucária e Ponta Grossa, aonde encerrou sua carreira. Aposentou-se em 1983. No magistério lecionou na Escola da Magistratura do Paraná, Direito Penal e Direito Civil.



Estudioso, dedicado às letras, em 1998, publicou o livro Aspectos do Teatro Brasileiro, obra original e inédita. Sintetiza o desenvolvimento da arte cênica brasileira, por um período de aproximadamente cem anos. Ordenada cronologicamente, as peças exibidas nacionalmente, expõe aspectos relevantes do nosso teatro, analisando sua importância artística e literária, dentro do processo histórico, contribuindo, dessa forma, para divulgar nossa dramaturgia. 



VICTÓRIO  
ELCELY  
CLEVE  
FRANKLIN

\*1917+1975

Nasceu em União da Vitória, quando ainda era chamada de Porto União da Vitória, onde fez seus estudos iniciais. Bacharelou-se pela UFPR na Turma de 1938. Ingressou na magistratura e julgou nas comarcas de União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba. Aposentou-se em 1974. Dedicado à literatura, colaborou com periódicos paranaenses e publicou a obra *Libertação*, sonetos onde louva sua terra natal. Faleceu em 1975. No magistério lecionou no Colégio Estadual Túlio de França, no Colégio Estadual do Paraná, no Instituto de Educação do Paraná e na Faculdade de Direito de Curitiba, a matéria de Direito Penal.



## VELHA IMAGEM

*Viajar pelo passado sempre me seduz.  
Porisso, à magia suave da saudade  
Me entrego e ele, aos poucos me conduz  
À minha infância, à minha cidade.  
Revejo então as paisagens cheias de luz,  
O Iguaçu descendo com suavidade,  
As ruas tão conhecidas, o Morro da Cruz,  
O céu tão puro, pleno de claridade...*

*A velha ponte, tão longa, com seus arcos.  
Um trem que passa devagar, barulhento,  
Um vapor chegando, os pequenos barcos...*

*E nesse retorno, quase com devoção  
É que revejo, cheio de encantamento,  
A velha imagem do meu Porto União...*



## UM GIGANTE TOMBOU

*Silenciam as musas: um gigante caiu.  
Abrindo uma clareira neste vale  
Onde, imensa, a sua glória refulgiu.  
\_E você, velho poeta, também cale!*

*Não percebeu ainda que nunca escandiu  
Um pobre alexandrino que nos fale  
Dessa estrela que agora nos fugiu?  
\_Cale! E deixe que a dor nos embale*

*No pranto doloroso destas saudades  
Que Alvir Riesenbergl deixa nos corações  
De todos nós e das nossas duas cidades!*

*Que se faça um silêncio bem profundo  
Nesta hora triste, cheia de evocações  
Em que ele, glorioso, deixa o mundo!*

## Estanislau Traple

\*1898 + 1956.

Nasceu em Curitiba. Jovem, aos 16 anos já trabalhava na Impressora Paranaense e, nessa época, aprendeu litografia com o professor alemão Alexandre Phol. Tornou-se aluno distinguido de Alfredo Andersen e sofreu benéfica influência do grande artista. Em 1931, transferiu-se para Florianópolis, especialmente para ser professor de Desenho e Pintura no Instituto de Educação de Santa Catarina. Em 1948 retornou à capital paranaense, participando da criação e fundação da Escola de Belas Artes do Paraná. Nesse estabelecimento lecionou aquelas matérias durante toda sua vida. A atividade profissional sempre ligada às artes, como gravador, litógrafo, desenhista, pintor ou no magistério consagrou-o tanto pela beleza como originalidade das obras. Membro julgador de todas as exposições e salões de belas artes acontecidos no Paraná até 1958, quando ocorreu seu falecimento.

*“Entre os mais destacados mestres da pintura no Paraná, Traple teve seu nome consagrado pela profunda dedicação ao desenho e à pintura. Como mestre, Traple transmitiu o seu domínio técnico na representação de figuras, como retratos e nus, seus gêneros prediletos. Outra característica marcante de sua produção foi intensa exploração dos símbolos da paisagem paranaense e catarinense, onde viveu parte de sua vida.”*

(Fonte: Wikipédia)







Estanislau Traple - Paisagem.